DIÁRIO DE UBERLÂNDIA
VOCÊ SABE DE ONDE A VERDADE VEM
R$ 2,00 • ANO 31 • Quarta-feira, 19/03/2025 • Nº 10.919 • diariodeuberlandia.com.br

UBERLÂNDIA

Mortes por câncer renal quase triplicaram em 2024

MUNICÍPIO TEVE 30 ÓBITOS RELACIONADOS À DOENÇA NO ANO PASSADO. *Página* | **3**


GOVERNO SP/DIVULGAÇÃO

INVESTIGAÇÃO

Polícia prende homem que atirou contra motorista de van escolar em Uberlândia

Página | **4**



PCMG/DIVULGAÇÃO

LOTERIA

Aposta de Uberlândia leva R$ 40 mil na Mega-Sena; veja os números sorteados

Página | **16**

Chuvoso de manhã. Aberturas de sol à tarde e pancadas de chuva que vão até a noite.
MAX 29° MIN 20°



DÓLAR COMERCIAL -0,25%
R$ 5,672
BOVESPA +0,49%

EURO COMERCIAL -0,02%
R$ 6,208
131.474,73 PTS

SALÁRIO MÍNIMO R$ 1.518
NASDAQ -1,59%

CLASSIFICADOS PÁG. 20



Antonio Carlos de Oliveira
Analista de negócios - Professor universitário

PENSANDO ESTRATEGICAMENTE

Crédito consignado e a armadilha do endividamento: a falta de políticas públicas para os trabalhadores

Introdução

A recente proposta de um novo modelo de crédito consignado levanta questionamentos sobre seus reais beneficiários e a perpetuação de um ciclo de endividamento dos trabalhadores. A vinculação de direitos laborais, como o FGTS, ao acesso ao crédito não pode ser tratada como solução para problemas estruturais da economia, como a ausência de políticas públicas eficazes para geração de emprego e renda. Ao longo dos anos, a concessão de crédito fácil sem a devida contrapartida do Estado tem resultado no aumento da inadimplência e na ampliação da desigualdade social. Diante desse cenário, este artigo analisa criticamente a proposta, destacando suas implicações econômicas e sociais e questionando até que ponto ela atende aos interesses dos trabalhadores ou apenas favorece o setor financeiro.

O histórico do crédito consignado e seus impactos

As linhas de crédito consignado não são novidade no Brasil. Inicialmente implementadas para servidores públicos e aposentados do INSS, essas modalidades de empréstimo rapidamente se expandiram para outras categorias, impulsionando um ciclo de endividamento desenfreado. A promessa de acesso facilitado ao crédito, no entanto, revelou-se uma armadilha para milhões de trabalhadores, especialmente aqueles de baixa renda, que passaram a comprometer uma parcela expressiva de seus rendimentos com pagamentos de juros elevados. No passado, iniciativas semelhantes resultaram em taxas de inadimplência superiores a 70%, expondo a fragilidade desse modelo.

O impacto desse endividamento excessivo vai muito além das estatísticas financeiras, atingindo diretamente a estrutura social do país. Famílias desestruturadas pelo peso das dívidas enfrentam conflitos internos que resultam na dissolução do núcleo familiar. O estresse financeiro leva ao aumento de doenças psicossociais, como depressão e ansiedade, além de estar associado ao crescimento da criminalidade, pois indivíduos endividados muitas vezes recorrem a práticas ilícitas como tentativa desesperada de sobrevivência. Crianças e adolescentes são forçados a abandonar a escola para auxiliar na renda familiar, perpetuando o ciclo de pobreza e falta de oportunidades.

Além disso, o endividamento crônico impulsiona o crescimento desordenado das favelas e a marginalização de milhares de brasileiros, que, sem condições de arcar com custos básicos de moradia, acabam vivendo em condições precárias. O número de indigentes aumenta nas ruas dos grandes centros urbanos, refletindo a deterioração do tecido social. Dessa forma, ao invés de representar um alívio financeiro, o crédito consignado tem se mostrado um mecanismo que agrava desigualdades e compromete o futuro de milhares de famílias, exigindo uma reflexão urgente sobre a necessidade de reformas estruturais que priorizem geração de emprego e distribuição equitativa de renda.

O novo consignado e seus riscos

O modelo atual propõe o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como garantia, algo que representa um risco direto para os trabalhadores. O FGTS é um direito trabalhista consolidado, destinado à segurança financeira do empregado em casos de demissão sem justa causa, aquisição da casa própria ou aposentadoria. Vinculá-lo ao crédito consignado significa transferir aos bancos um direito do trabalhador, deixando-o vulnerável a juros elevados e endividamento descontrolado.

Outro aspecto preocupante é a ausência de um teto para os juros, permitindo que cada instituição financeira estabeleça taxas conforme critérios próprios. Essa falta de regulamentação favorece o sistema bancário, mas impõe um ônus ainda maior às famílias, que já enfrentam dificuldades financeiras em meio a uma economia instável e uma taxa de juros elevada.

A ausência de políticas públicas eficazes

Em vez de estimular políticas que aprofundam o endividamento dos trabalhadores, o governo deveria concentrar esforços em promover políticas públicas eficazes que garantam a distribuição equitativa de renda e a geração de empregos. O Brasil arrecada um volume expressivo de impostos, principalmente sobre o consumo, penalizando as classes mais baixas. No entanto, esses recursos não são convertidos em serviços essenciais que beneficiem diretamente a população.

A contrapartida do Estado deveria vir na forma de investimentos em áreas essenciais como saúde, educação, segurança pública, saneamento básico, transporte e infraestrutura. A dependência de crédito para suprir necessidades básicas é um reflexo da falta de uma política econômica que priorize o bem-estar social. Ao invés de oferecer consignados como solução paliativa, é fundamental a implementação de medidas que elevem a renda do trabalhador e reduzam as desigualdades.

Conclusão

A proposta do novo crédito consignado surge em um momento estratégico, próximo a um ano eleitoral, e levanta questionamentos sobre seus verdadeiros propósitos. Longe de ser uma solução estrutural para os problemas econômicos do país, a iniciativa reforça um modelo de endividamento que fragiliza ainda mais os trabalhadores. Vincular direitos já conquistados, como o FGTS, ao acesso ao crédito representa uma transferência de responsabilidade do Estado para o indivíduo, mascarando a ausência de políticas públicas voltadas para a geração de emprego e renda.

Diante desse cenário, é fundamental que a sociedade questione medidas que, sob o pretexto de ampliar o acesso ao crédito, podem resultar no aprofundamento da vulnerabilidade financeira das famílias brasileiras.

*ESTE CONTEÚDO É DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR E NÃO REPRESENTA, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DO DIÁRIO DE UBERLÂNDIA.

DIÁRIO DE UBERLÂNDIA

O Diário de Uberlândia possui parque gráfico próprio.

Gaia Editora Gráfica - EIRELI
CNPJ: 12.512.322/0001-07
Av. Afonso Pena, 1615
Bairro Aparecida - Uberlândia-MG

CIRCULAÇÃO
• ASSINATURA DIGITAL • VENDA AVULSA EXEMPLAR IMPRESSO
• DISTRIBUIÇÃO DIRIGIDA

EXPEDIENTE

DIRETOR SUPERINTENDENTE
Ayer Felipe de Faria Neto

ADMINISTRAÇÃO DE VENDAS
Carolina Moreira
Clara Reis

EDITORES
Bruna Merlin
Dhiego Borges

DIRETORA FINANCEIRA
Juliedda Schmutzler

COORDENADOR REDAÇÃO E ONLINE
Dhiego Borges

REPÓRTER
Igor Martins

COORDENADOR GRÁFICO
Marco Tulyo Oliveira

PRODUÇÃO
Simone Simplício

PAGINAÇÃO
Alexandre Barbosa

SAC/ANUNCIAR
99862-5000
atendimento@diariodeuberlandia.com.br

REDAÇÃO
99860-5002
redacao@diariodeuberlandia.com.br

www.diariodeuberlandia.com.br

MARÇO VERMELHO

Mortes por câncer renal quase triplicaram em 2024

UBERLÂNDIA TEVE 30 ÓBITOS RELACIONADOS À DOENÇA NO ANO PASSADO

■ IGOR MARTINS

Uberlândia registrou 30 mortes por câncer renal em 2024, conforme dados disponibilizados pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG). O número é praticamente o triplo do registrado em 2023, quando a cidade teve 11 óbitos relacionados à doença. Durante este mês, a campanha "Março Vermelho" é realizada para conscientizar a população sobre esse tipo de neoplasia em todo o país.

Os números da SES revelam que o câncer de rim, além de ser fatal, tem tido mais diagnósticos, apesar de ainda não figurar entre os tipos de neoplasia mais comuns no Brasil. Em 2023, Uberlândia teve 22 novos casos da doença confirmados, enquanto em 2024 foram 21. Em Minas Gerais, foram 1.335 casos de câncer renal registrados apenas no Sistema Único de Saúde (SUS) nos últimos dois anos, sendo 803 em 2023 e 552 em 2024. Também foram contabilizados 904 óbitos, sendo 438 em 2023 e 466 em 2024.

De acordo com o médico urologista Helbert Nogueira, o crescimento dos diagnósticos aumentou devido ao avanço de tecnologias capazes de encontrar os tumores, além de uma preocupação com a saúde cada vez maior por parte da população. Ele explica que o câncer renal é mais comum entre homens acima de 50 anos. Segundo o especialista, a cada uma mulher que apresenta a enfermidade, dois homens também são diagnosticados com a doença.

"Os homens são mais expostos aos fatores de risco, como tabagismo, obesidade, hipertensão e exposição a substâncias químicas tóxicas. O histórico familiar da doença também conta, mas não no sentido de homens desenvolverem mais que as mulheres, já que esse fator é igual para ambos", disse Helbert Nogueira.

O médico disse ainda que esse tipo de câncer pode ser assintomático no início, mas à medida que a neoplasia cresce, a enfermidade pode causar sangramento na urina, também chamado de hematúria, e dor persistente nos flancos e na região lombar. Os sintomas, conforme relatado pelo urologista, vão depender de onde o tumor surgiu na região renal.

"A maioria dos achados de tumores são ocasionais, durante exames de rotina. Aparece uma lesão e para diagnosticar melhor, nós pedimos uma ressonância ou uma tomografia. Quando o tumor acomete a região próximo à pelve renal, ou seja, um tumor mais para dentro do rim, pode ocorrer sangramento na urina. Em casos mais avançados ou de tumores muito grandes, acima de 7 centímetros, pode dar dor nos flancos ou na região lombar", detalhou o urologista.

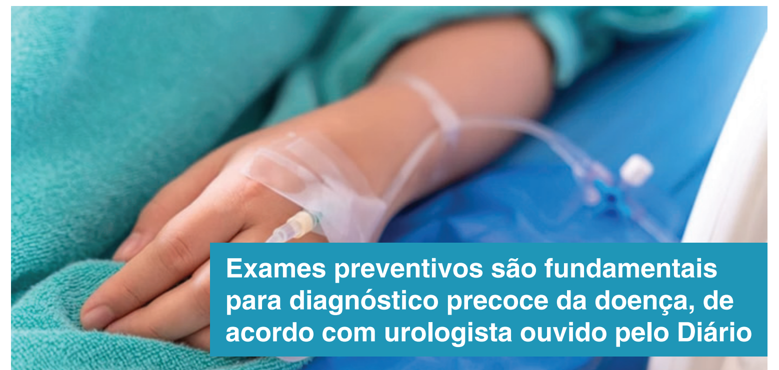
■ TRATAMENTO E PREVENÇÃO

O especialista esclarece que quanto mais rápido e precoce o diagnóstico, maiores são as chances de cura e de sobrevida do paciente. Dessa forma, é fundamental que pessoas com predisposição a esse tipo de câncer realizem um acompanhamento médico frequentemente com um clínico ou um urologista.

Ainda de acordo com o médico, a maior parte dos tumores renais podem ser tratadas com cirurgias, mas também dependem do estágio do câncer. O mais comum nos dias atuais, segundo Helbert, é a nefrectomia parcial, quando é necessário retirar uma parte do rim. Também existe a nefrectomia total, quando o órgão todo é removido, geralmente realizada quando o tumor já está maior.

"Existem as quimioterapia, e ultimamente temos tido o crescimento das imunoterapias, que ajudam a sensibilizar o tumor para que a quimioterapia seja mais efetiva e estimule o sistema imunológico para combater o câncer. A radioterapia neste caso é menos comum, mas também pode ser indicada dependendo do caso", disse.

GETTY IMAGES



Exames preventivos são fundamentais para diagnóstico precoce da doença, de acordo com urologista ouvido pelo Diário

■ MARÇO VERMELHO

O mês de março é dedicado a um alerta sobre o câncer de rim. No Brasil, a estimativa aponta para o surgimento de mais de 12 mil novos casos por ano, resultando em cerca de quatro mil mortes no período.

A campanha "Março Vermelho" tem como principal alvo os homens, que são a maioria entre os casos. Assim como relatado por Helbert Nogueira, estudos indicam que eles têm duas vezes mais chances de desenvolver a doença do que as mulheres.

Os exames preventivos são fundamentais para um diagnóstico mais precoce e facilitar o tratamento. Na maioria dos casos, quando o paciente apresenta os sintomas, significa que o câncer já está em um estágio mais avançado. Para o médico, levar uma vida desregulada pode aumentar a probabilidade de desenvolvimento do câncer.

"Ter pressão alta já é um fator de risco para desenvolver um câncer. É preciso ter uma alimentação saudável, fazer atividade física. O índice de câncer renal tem aumentado, mas não é necessariamente porque aumentou a quantidade, mas sim porque temos mais facilidade no diagnóstico. Temos tido mais diagnósticos precoces, então conseguimos tratar e diminuir a mortalidade. É muito importante que as pessoas com predisposição comecem a fazer esse rastreamento com 35, 40 anos", alertou o médico.

A campanha "Março Vermelho" alerta a população sobre a importância de consultas médicas regulares e da realização de exames preventivos, especialmente para aqueles com fatores de risco. A detecção precoce aumenta significativamente as chances de sucesso no tratamento, podendo evitar procedimentos mais invasivos, como a nefrectomia, que é a remoção parcial ou total do rim afetado.

UBERLÂNDIA

PCMG/DIVULGAÇÃO



O suspeito foi preso em uma residência na Rua Sudepe, no bairro Chácaras Tubalina

Homem que atirou contra motorista de van escolar é preso

CRIME FOI REGISTRADO NO DIA 20 DE FEVEREIRO; POLÍCIA CIVIL ABRIU INQUÉRITO

■ DA REDAÇÃO

Foi preso na tarde desta segunda-feira (17) o homem suspeito de atirar contra um motorista de uma van escolar em Uberlândia. O caso foi registrado no dia 20 de fevereiro na porta da Escola Municipal Sebastiana Silveira Pinto, no bairro Laranjeiras. O autor estava foragido desde então.

O suspeito foi preso em uma residência na Rua Sudepe, no bairro Chácaras Tubalina. Segundo informações, os disparos foram registrados no horário de saída dos alunos, com grande movimentação de pais e crianças no momento do ocorrido. Uma testemunha relatou que o suspeito estava na frente da escola acompanhado da mulher, que foi presa no mesmo dia. No momento em que o motorista passou pelo casal, ela teria dito ao marido: "Aí, é esse que me chutou ontem. Você não vai fazer nada? Você é homem, tem que fazer alguma coisa".

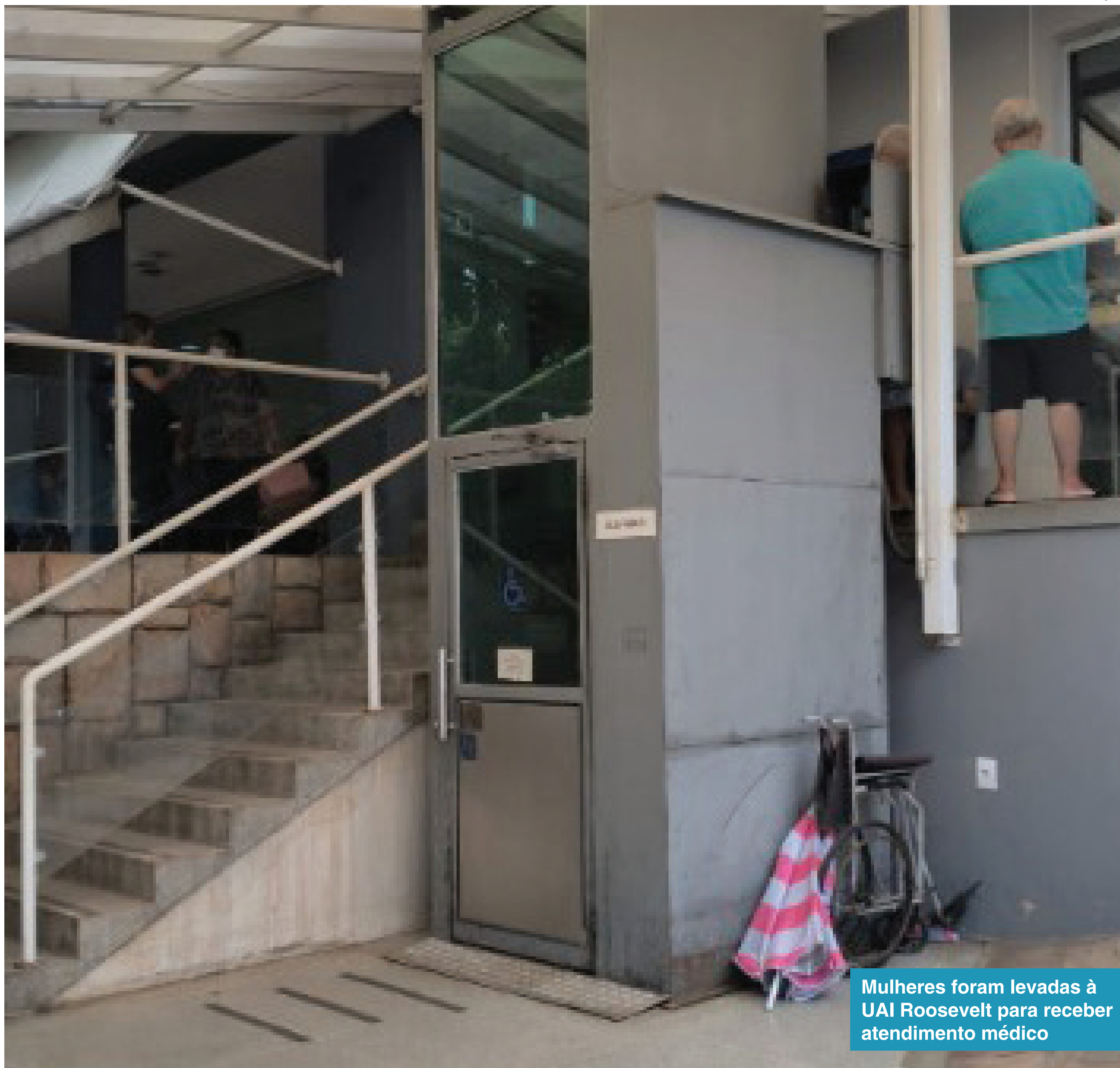
O suspeito dos disparos teria começado a xingar e a ofender o motorista. A vítima recolheu uma criança no local e, no momento em que estava indo em direção à van escolar, o autor sacou uma arma de fogo e realizou vários disparos contra a vítima. Os tiros não atingiram o motorista e a criança que estava com ele. Após os disparos, o homem fugiu correndo a pé. O motorista tentou segui-lo, mas não conseguiu.

Em relato à polícia, o motorista da van disse que, no dia anterior ao crime, teria encostado no carrinho de bebê da mulher, mas negou qualquer discussão. Segundo ele, antes dos disparos, o suspeito questionou: "Uai, parece que você chutou minha esposa na saída ontem". A vítima afirmou ainda que tentou explicar que se tratava de um mal-entendido e deixou o local para evitar conflitos. No entanto, o homem o seguiu, resultando no ataque.

A produção do Diário entrou em contato com a Delegacia de Polícia Civil de Uberlândia, que informou que um inquérito foi instaurado para apurar os fatos. Segundo a corporação, é preciso esperar a conclusão das investigações para saber se o crime foi, de fato, uma tentativa de homicídio, ameaça ou disparo de arma de fogo em via pública, bem como qual foi a motivação do ocorrido.

UBERLÂNDIA

CORPO DE BOMBEIROS/DIVULGAÇÃO



Mulheres foram levadas à UAI Roosevelt para receber atendimento médico

Elevador de acessibilidade cai e duas mulheres ficam feridas

EMPRESA RELATOU QUE QUEDA ACONTECEU DEVIDO À MANUTENÇÃO DE GERADOR DE ENERGIA

■ DA REDAÇÃO

Duas mulheres ficaram feridas após um elevador de acessibilidade cair na manhã desta segunda-feira (17), em Uberlândia. O caso aconteceu em uma empresa localizada na avenida Getúlio Vargas, na altura do bairro Tabajaras.

De acordo com informações divulgadas pelo Corpo de Bombeiros, a queda do elevador aconteceu por conta do desligamento da energia para a manutenção de um gerador. A empresa relatou que, apesar do aviso ter sido dado na recepção, duas mulheres entraram no elevador, resultando na queda de aproximadamente um metro.

Uma das vítimas é uma mulher de 44 anos, que foi resgatada consciente e com suspeita de fratura na perna esquerda. A outra, uma idosa de 75, foi socorrida se queixando de dores no tórax e nas pernas.

As duas mulheres foram levadas à Unidade de Atendimento Integrado (UAI) do bairro Roosevelt.

UBERLÂNDIA

POLÍCIA FEDERAL/DIVULGAÇÃO



Em Uberlândia, foram apreendidos sachês de nicotina aromatizada, conhecidos como "snus"

PF deflagra ação de combate ao contrabando de cigarros eletrônicos

POLICIAIS CUMPRIRAM MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO NESTA TERÇA-FEIRA (18)

■ DA REDAÇÃO

A Polícia Federal cumpriu, na manhã desta terça-feira (18), dois mandados de busca e apreensão durante uma operação que visa combater o contrabando de cigarros eletrônicos e insumos para a fabricação de "e-liquids". A ação também foi realizada em Belo Horizonte e Juiz de Fora.

De acordo com a polícia, um homem foi preso em flagrante com cigarros eletrônicos contrabandeados, destinados à comercialização em Belo Horizonte. O suspeito poderá responder pelo crime de contrabando.

Em Uberlândia, foram apreendidos sachês de nicotina aromatizada, conhecidos como "snus", apresentados em pequenas bolsas.

A operação denominada de "Vapor Barato" é um desdobramento de uma ação realizada em 21 de março de 2024, quando foi descoberto um laboratório clandestino de fabricação de "e-liquids" (líquido utilizado em cigarros eletrônicos), resultando na prisão em flagrante de um indivíduo.

sua nota do ENEM vale uma bolsa de até 100%*
matricule-se e ganhe uma assinatura para cursos profissionalizantes
unopar
(34) 3237-2200
(34) 99881 2200
Cipriano Del Fávero, 974 - centro

ACIDENTE

Incêndio atinge caminhão dentro de empresa no Distrito Industrial

CASO FOI REGISTRADO NA MANHÃ DESTA TERÇA (18); MOTORISTA SOFREU QUEIMADURAS

CORPO DE BOMBEIROS/DIVULGAÇÃO



Baú do caminhão estava com eletrodomésticos e outros materiais

■ DA REDAÇÃO

Um caminhão pegou fogo na manhã desta terça-feira (18), dentro de uma empresa localizada no Distrito Industrial de Uberlândia.

De acordo com o Corpo de Bombeiros, o incêndio aconteceu na Rua Ângelo Naghettini, mas foi controlado instantes depois. As chamas se concentraram no baú do caminhão. Após perceber o fogo, o motorista conseguiu retirar o cavalinho, mas sofreu queimaduras.

Ele foi levado a uma unidade de saúde para receber atendimento médico. Segundo o Corpo de Bombeiros, eletrodomésticos e outros materiais estavam dentro do baú do caminhão.

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 16/04/2025, às 09:50hs / 2º Público Leilão: 17/04/2025, às 09:50hs

FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG., autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob n° 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: Prédio situado na Rua José Almeida Guimarães, nº 88, com a área construída de 103,32m² (residencial), edificado em terreno designado por lote nº 15 da quadra nº 15, no bairro Santo Antônio, Uberlândia/MG, com a área de 300,00m². Imóvel objeto da Matrícula CNM: 032136.2.0082323-57 trasladada da Matrícula nº 82.323 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Uberlândia/MG. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 395.581,16 (trezentos e noventa e cinco mil, quinhentos e oitenta e um reais e dezesseis centavos); 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 583.463,17 (quinhentos e oitenta e três mil, quatrocentos e sessenta e três reais e dezessete centavos)**. O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará, também à vista, com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, responsabilizando-se, ainda, por todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Ficam os Fiduciantes: DEVEDORES FIDUCIANTES: JOSE CARLOS MAGALHÃES SILVA, brasileiro, mecânico de automotores, nascido em 12/03/1979, RG: M8145507SSP/MG, CPF: 035.397.696-25, casado sob o regime de comunhão parcial de bens com MARCIA MARIA RODRIGUES MAGALHÃES, brasileira, auxiliar saúde bucal, nascida em 27/08/1975, C.I: MG7844162 PC/MG, CPF: 030.735.916-64, residentes e domiciliados na Rua José Almeida Guimarães, nº 88, casa, bairro Jardim Canaã, Uberlândia/MG, CEP: 38412-488. INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S): MARCIA MARIA RODRIGUES MAGALHÃES, já classificada acima, intimado(s) da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através do site www.francoleiloes.com.br.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Cooperativa de Serviços, Apoio e Desenvolvimento dos Bancários de Uberlândia e Região Ltda - COOPBANCÁRIOS

CNPJ: 23.872.170/0001-61

O Presidente da COOPERATIVA DE SERVIÇOS, APOIO E DESENVOLVIMENTO DOS BANCÁRIOS DE UBERLÂNDIA E REGIÃO LTDA - COOPBANCÁRIOS, em cumprimento às disposições legais e estatutárias (Lei nº 5.764/1971 e artigo 21 do Estatuto Social), convoca os associados para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, a realizar-se no dia **31 de março de 2025**, na sede da Cooperativa localizada em Rua Duque de Caxias, 95, 2º Piso – Centro, na cidade de Uberlândia/MG, às 16:00 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação; às 17:00 horas, com a presença de metade mais um dos associados, em segunda convocação; ou às 18:00 horas, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados, em terceira convocação, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**:

✓ **Pauta Assembleia Geral Ordinária:**

1º) Prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: **a)** relatório da gestão; **b)** balanço do exercício 2024; **c)** demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o parecer do Conselho Fiscal;

2º) Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso as parcelas para os Fundos Obrigatórios;

3º) Eleição do Conselho Fiscal;

4º) outros assuntos de interesse da sociedade, sem caráter deliberativo.

Uberlândia MG, 18 de março de 2025.

Reginaldo Freitas de Oliveira - Presidente
CPF: 888.918.106-06

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - UBERLÂNDIA/MG

Aviso/Extrato de Licitação Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 050/2025 Lei Federal nº 14.133/2021 Comprasnet Nº 90050/2025 Critério de Julgamento “Menor Preço - Item” Itens Ampla Concorrência Com Reserva de Cotas para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte / Itens Participação Exclusiva Microempresas,Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas Contratante: Departamento Municipal de Água e Esgoto - Dmae, Objeto:Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de britas e areia, em atendimento à Diretoria do Sistema de Esgotamento Sanitário. Valor Total Estimado da Contratação: R$ 673.107,25 (seiscentos e setenta e três mil e cento e sete reais e vinte e cinco centavos). Data da Sessão Pública: 31 de março de 2025 às 09h00min (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras. UASG 926287.Uberlândia/MG, 17 de março de 2025.Rodrigo Sávio Couto de Lacerda Diretor Geral do DMAE.

Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/MF 19.208.022/0001-70 - NIRE 31.300.105.890

Demonstrações Financeiras **2024**

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

a) https://diariodeuberlandia.com.br/publicidadelegal
b) https://ri.ecorodovias.com.br/
c) https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx
d) https://bvmf.bmfbovespa.com.br/cias-Listadas/informacoes-por-periodo/BuscaInformacoesPeriodo.aspx?Idioma=pt-br

Declaração do auditor independente:

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://diariodeuberlandia.com.br/publicidadelegal. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 18 de março de 2025, sem modificações.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	21.998	39.451
Aplicações financeiras	4.2	2.697	7.736
Aplicações financeiras - conta reserva	4.3	13.306	13.112
Clientes	4.4	32.181	32.942
Tributos a recuperar		31	448
Despesas antecipadas		1.337	1.285
Partes relacionadas	4.12	23	61
Outros créditos		13.105	4.761
Total do ativo circulante		84.678	99.796
Não circulante			
Depósitos judiciais	4.5	1.046	1.004
Aplicações financeiras - conta reserva	4.3	42.360	40.234
Outros créditos		200	2.684
Imobilizado	4.6	16.186	16.798
Intangível	4.7	2.180.458	1.944.700
Total do ativo não circulante		2.240.250	2.005.420
Total do ativo		2.324.928	2.105.216

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores		19.454	31.067
Fornecedores FIDC		205	-
Empréstimos e financiamentos	4.9	46.507	41.886
Debêntures	4.10	13.254	5.072
Passivo de arrendamento	4.11	7.587	7.500
Impostos, taxas e contribuições a recolher		5.470	5.204
Dividendos a pagar		14.492	23.620
Obrigações sociais e trabalhistas		3.004	2.822
Provisão para imposto de renda e contribuição social		444	1.941
Partes relacionadas	4.12	3.499	2.779
Obrigações com poder concedente	4.13	602	575
Provisão para manutenção	4.14	35.792	25.275
Outras contas a pagar		542	1.839
Total do passivo circulante		150.852	149.580
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	4.9	852.185	835.192
Debêntures	4.10	95.484	103.099
Passivo de arrendamento	4.11	5.183	12.094
Tributos diferidos	4.8	21.942	13.337
Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	4.15.1	6.116	6.179
Provisão para manutenção	4.14	23.058	38.793
Outras contas a pagar		21.350	21.077
Total do passivo não circulante		1.025.318	1.029.771
Patrimônio líquido			
Capital social	4.16.1	992.477	813.000
Reserva de lucros - legal	4.16.2	8.775	5.724
Reserva de lucros		-	3.113
Reserva de lucros - orçamento de Capital	4.16.2	147.506	104.028
Total do patrimônio líquido		1.148.758	925.865
Total do passivo e patrimônio líquido		2.324.928	2.105.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	4.17	652.731	579.204
Custo dos serviços prestados	4.18	(467.228)	(396.662)
Lucro bruto		185.503	182.542
Despesas gerais e administrativas	4.18	(18.525)	(18.022)
Outras receitas (despesas), líquidas		39	39
Lucro operacional		167.017	164.559
Receitas financeiras	4.19	9.739	14.493
Despesas financeiras	4.19	(88.490)	(88.056)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(78.751)	(73.563)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		88.266	90.996
Imposto de renda e contribuição social		(27.245)	(30.932)
Lucro líquido do exercício		61.021	60.064
Lucro por ação - básico e diluído (em reais)	4.20	0,07372	0,08129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	61.021	60.064
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	61.021	60.064

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros				
	Nota Explicativa	Capital social	Legal	Orçamento de Capital	Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2023		726.000	2.721	61.232	3.113	-	793.066
Aumento de capital		87.000	-	-	-	-	87.000
Lucro do exercício		-	-	-	-	60.064	60.064
Destinação do lucro:							
Reserva legal	4.16.3	-	3.003	-	-	(3.003)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R$0,02 por ação)	4.16.3	-	-	-	-	(14.265)	(14.265)
Constituição de reserva - orçamento de capital	4.16.3	-	-	42.796	-	(42.796)	-
Em 31 de dezembro de 2023		813.000	5.724	104.028	3.113	-	925.865
Em 1º de janeiro de 2024		813.000	5.724	104.028	3.113	-	925.865
Aumento de capital		179.477	-	-	(3.113)	-	176.364
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	61.021	61.021
Destinação do lucro:							
Reserva legal	4.16.3	-	3.051	-	-	(3.051)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R$0,01 por ação)	4.16.3	-	-	-	-	(14.492)	(14.492)
Constituição de reserva - orçamento de capital	4.16.3	-	-	43.478	-	(43.478)	-
Em 31 de dezembro de 2024		992.477	8.775	147.506	-	-	1.148.758

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido do exercício	61.021	60.064
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	71.263	62.519
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	(209)	828
Capitalização de juros	(15.725)	(17.241)
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	95.628	95.099
Provisão e atualização monetária para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	1.256	3.616
Provisão e atualização monetária da provisão para manutenção	22.071	20.389
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	52	38
Obrigações com poder concedente	7.585	6.937
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(36)	(32)
Tributos diferidos	8.605	14.600
Provisão para imposto de renda e contribuição social	18.640	16.332
Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	(5.660)	(6.502)
Variação nos ativos operacionais:		
Clientes	709	(10.080)
Partes relacionadas - clientes	38	(6)
Tributos a recuperar	417	155
Despesas antecipadas	(52)	1.039
Depósitos judiciais	(6)	(328)
Outros créditos	(5.860)	24
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores e FIDC	(11.408)	3.360
Obrigações sociais e trabalhistas	182	46
Partes relacionadas - fornecedores	720	(20.216)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	266	66
Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	(1.319)	(1.581)
Pagamentos de provisão para manutenção	(27.289)	(29.450)
Pagamento de obrigações com poder concedente	(7.558)	(6.905)
Outras contas a pagar	(1.024)	6.757
Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.137)	(16.591)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	192.170	182.937
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(4.805)	(4.819)
Aquisição de intangível	(285.970)	(224.025)
Aplicações financeiras	5.039	(1.529)
Aplicações financeiras - conta reserva	3.340	1.131
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(282.396)	(229.242)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	-	(457)
Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(50.524)	(45.742)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(83.147)	(82.329)
Captação (custos) de empréstimos e financiamentos	53.700	(53)
Aporte de Capital	152.744	87.000
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	72.773	(41.581)
Redução de caixa e equivalentes	(17.453)	(87.886)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	39.451	127.337
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	21.998	39.451
Redução de caixa e equivalentes	(17.453)	(87.886)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua ...

... continuação

ECO050 - CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A. - CNPJ/MF 19.208.022/0001-70 - NIRE 31.300.105.890

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Com arrecadação de pedágio	406.192	376.309
Com construção	280.813	227.200
Outras receitas	1.141	9.156
	688.146	612.665
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(374.245)	(313.039)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(13.856)	(13.986)
Outros	(184)	(124)
	(388.285)	(327.149)
Valor adicionado bruto	299.861	285.516
Depreciação e amortização	(71.263)	(62.519)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	228.598	222.997
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	9.739	14.493
Outras receitas (despesas), líquidas	39	39
Valor adicionado total a distribuir	238.376	237.529

	31/12/2024	31/12/2023
Distribuição do valor adicionado	238.376	237.529
Pessoal	26.296	25.004
Remuneração direta	19.641	18.488
Benefícios	5.591	5.526
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	1.064	990
Impostos, taxas e contribuições	62.476	64.269
Federais	42.116	45.002
Municipais	20.360	19.267
Remuneração de capitais de terceiros	88.583	88.192
Juros	66.460	63.500
Aluguéis	93	136
Outros efeitos financeiros	22.030	24.556
Remuneração de capitais próprios	61.021	60.064
Reserva legal	3.051	3.003
Orçamento de capital	43.478	42.796
Dividendos mínimos obrigatórios	14.492	14.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Eco050 – Concessionária de Rodovias S.A. ("Eco050" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 06 de novembro de 2013, e tem por objeto social, específica e exclusivamente, nos termos do Edital do Leilão nº 001/2013, e do Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, e respectivos aditivos, a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade da Rodovia Federal BR-050/GO/MG. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, assinado em 05 de dezembro de 2013, possui prazo final em 07 de janeiro de 2044. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota 17.1 das demonstrações financeiras anuais completas (conforme demonstrado acima). A sede da Companhia está localizada na Rua Sintra, 50, Bairro Granja Marileusa, no município de Uberlândia – MG. As ações da Companhia de titularidade da Argovias Administração e Participações S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona – Itália. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, a Companhia possui registro na categoria "B", na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. 1.1 Visão ASG – Ambiental, Social e Governança (ESG - *Environmental, Social and Governance* na sigla em Inglês): Com o objetivo de desenvolver e aplicar os temas relacionados a ESG, e contribuir com a Sustentabilidade do negócio, o Conselho de Administração do Grupo EcoRodovias aprovou no início de 2024 a sua Agenda ESG 2030. Dentro dessa agenda, o Grupo EcoRodovias traça diversos compromissos em 10 vias de Sustentabilidade, incluindo metas nos temas de mitigação e adaptação climática; segurança viária e ocupacional; direitos humanos, entre outros. Esses compromissos visam ao ano de 2030, porém o Grupo estabelece metas anuais, inclusive para todos os colaboradores. No pilar climático, o objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo EcoRodovias estabeleceu os alicerces de um plano de descarbonização, sendo este um documento revisado periodicamente de modo a incluir novas tecnologias e soluções de baixo carbono. Em 2024 foi estruturado um estudo de transição energética que avalia soluções de combustíveis renováveis para substituição aos fósseis. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono e I-REC (aquisição de certificados de energia renovável) para compensar todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. Outro compromisso da Agenda ESG 2030 está relacionado à adaptação dos negócios do Grupo às mudanças climáticas. Nesse tópico, o Grupo EcoRodovias realizou estudo de vulnerabilidade climática com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e no longo prazo (anos de 2030 e 2050). Esse estudo é periodicamente revisado de maneira a incluir novas concessões e novos cenários climáticos, além de incorporar aprimoramentos de metodologia. O estudo revisado em 2024 incluiu o levantamento de fatores de riscos físicos, riscos de transição e oportunidades, considerando todos os ativos do grupo. Os resultados desse trabalho são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar impactos à segurança da infraestrutura e dos usuários. **1.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** Para fins ilustrativos, a Companhia lista abaixo todas as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entraram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. • Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. • Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements* - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b (i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. As alterações mencionadas acima não causaram qualquer impacto material para a Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4 das demonstrações financeiras anuais completas. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. 2.3 Aprovação das demonstrações Financeiras: Em 18 de março de 2025, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

3.1 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ativos intangíveis: O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de redução ao valor recuperável descritos na Nota 11.e das demonstrações financeiras anuais completas, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. 3.2 Provisões gerais: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. Provisão para manutenção: Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com a taxa de 8,64% ao ano (8,82% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023), correspondente ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos. Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. 3.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras com à transação em questão. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. 3.4 Custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures: Os custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures, diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no período em que são incorridos. 3.5 Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzidas de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base no Contrato de Concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação. 3.6 Arrendamento: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como passivo de arrendamento com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). 3.7 Imobilizado: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. 3.8 Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de

continua ...

... continuação

ECO050 - CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A. - CNPJ/MF 19.208.022/0001-70 - NIRE 31.300.105.890

concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. 3.9 Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente. 3.10 Partes relacionadas: A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

4. PRINCIPAIS SALDOS CONTÁBEIS E DEMAIS INFORMAÇÕES RELEVANTES

4.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	3.818	5.814
Equivalentes de caixa:		
Fundo de investimento	4.124	23.384
Operações compromissadas	13.743	-
Certificado de depósito bancário CDB	-	10.039
Aplicações automáticas	313	214
	21.998	39.451

4.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2024	31/12/2023
Cotas fundo - BTG CDB Plus	2.647	7.580
Cotas fundo - FIDC_ECO	50	156
	2.697	7.736

4.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTA RESERVA

	31/12/2024	31/12/2023
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	55.666	53.257
Conta Corrente – Reserva	-	89
	55.666	53.346
Circulante	13.306	13.112
Não circulante	42.360	40.234

4.4 CLIENTES

	31/12/2024	31/12/2023
Pedágio eletrônico	29.254	29.621
Receitas acessórias	3.065	3.246
Outras contas a receber	-	161
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD	(138)	(86)
	32.181	32.942

4.5 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2024	31/12/2023
Natureza		
Cível	170	142
Trabalhista	715	795
Desapropriações	161	67
	1.046	1.004

4.6 IMOBILIZADO

	Taxa anual %	31/12/2024	31/12/2023
Custo			
Hardwares	-	111.558	106.595
Máquinas e equipamentos	-	8.771	8.746
Móveis e utensílios	-	1.813	1.607
Veículos	-	2.107	2.092
Total custo		124.249	119.040
Depreciação			
Hardwares	20,0	(100.802)	(96.034)
Máquinas e equipamentos	10,0	(4.284)	(3.421)
Móveis e utensílios	10,0	(942)	(794)
Veículos	25,0	(2.035)	(1.993)
Total depreciação		(108.063)	(102.242)
Total líquido		16.186	16.798

4.7 INTANGÍVEL

	Taxa anual %	31/12/2024	31/12/2023
Custo			
Contratos de concessão	-	2.291.026	1.887.733
Intangível em andamento	-	182.875	286.034
Software de terceiros	-	5.618	4.638
Direito de Uso - CPC06 (R2)	-	29.870	30.170
Total custo		2.509.389	2.208.575
Amortização			
Contratos de concessão	-	(305.192)	(247.672)
Intangível em andamento	-	-	-
Software de terceiros	20,0	(4.071)	(3.466)
Direito de Uso - CPC06 (R2)	-	(19.668)	(12.737)
Total amortização		(328.931)	(263.875)
Total líquido		2.180.458	1.944.700

4.8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Balanço patrimonial				Resultado
	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024	31/12/2024
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	2.099	219	(231)	2.087	(12)
Prejuízo fiscal e base negativa	3.246	-	(3.247)	(1)	(3.247)
Provisão para manutenção	21.783	7.504	(9.278)	20.009	(1.774)
Juros capitalizados	(40.662)	(4.245)	812	(44.095)	(3.433)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	9	12	-	21	12
AVP Ônus Concessão	152	-	(151)	1	(151)
Outros	36	-	-	36	-
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	(13.337)	3.490	(12.095)	(21.942)	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					(8.605)

4.9 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2024	31/12/2023
Em moeda nacional:				
BNDES	12/2038	TJLP + 2% a.a.	378.410	341.780
BDMG	12/2038	TJLP + 2% a.a.	105.072	100.938
FINISA – CEF	12/2038	TJLP + 2% a.a.	289.832	298.111
FDCO – CEF	04/2036	7,5% a.a.	125.378	136.249
			898.692	877.078
Circulante			46.507	41.886
Não circulante			852.185	835.192

Os contratos requerem a manutenção de alguns índices financeiros (*covenants*), medidos semestralmente pela Companhia e anualmente pela interveniente, com base nas demonstrações financeiras de cada período. A Companhia e a interveniente Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., estão adimplentes com os referidos índices.

4.10 DEBÊNTURES

Descrição	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2024	31/12/2023
1ª Emissão	12/2029	IPCA + 9% a.a.	108.738	108.171
Circulante			13.254	5.072
Não circulante			95.484	103.099

O contrato requer a manutenção de certos índices financeiros (*covenants*), medidos anualmente com base nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia está adimplente com os referidos índices.

4.11 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo de arrendamento:	12.770	19.594
Circulante	7.587	7.500
Não circulante	5.183	12.094

A companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("*spread*" de crédito). Os "*spreads*" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

	Taxa % a.a.	
Prazos	31/12/2024	31/12/2023
1 ano	8,72	8,69
2 anos	8,58	8,69
3 anos	9,00	8,57
4 anos	9,01	9,01
5 anos	9,01	9,01
6 anos em diante	9,01	9,01

4.12 PARTES RELACIONADAS

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante		
Concessionária Ecovias do Cerrado S.A	23	61
	23	61
Ativo não circulante		
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A	7.074	6.954
Consórcio BR050	-	3.638
CBB Ind. e Com. de Asfalto | TB Transportadora Betumes Ltda.	1.854	-
	8.928	10.592
Passivo		
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	3.151	2.747
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.	345	-
Concessionária Ecovias do Cerrado S.A	3	32
	3.499	2.779

4.13 OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de fiscalização	602	575

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2024, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	Previsão até o fim da concessão	
	31/12/2024	31/12/2023
Natureza dos custos		
Melhorias na infraestrutura	163.647	335.129
Conservação especial (manutenção)	1.237.703	1.280.690
Equipamentos	6.349	9.968
Total	1.407.699	1.625.787

4.14 PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

	31/12/2024	31/12/2023
Constituição da provisão para manutenção	187.051	169.404
Efeito do valor presente sobre constituição	(41.030)	(39.842)
Realização da manutenção	(119.771)	(92.482)
Ajuste a valor presente – realizações	32.600	26.988
	58.850	64.068
Circulante	35.792	25.275
Não circulante	23.058	38.793

4.15 PROVISÃO PARA PERDAS AMBIENTAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

4.15.1 Prováveis (com constituição de provisão)

	31/12/2024	31/12/2023
Ambientais	83	72
Cíveis	3.410	3.061
Trabalhistas	496	1.176
Tributárias	2.127	1.870
	6.116	6.179

4.15.2 Possíveis (sem constituição de provisão)

	31/12/2024	31/12/2023
Ambientais	2	2
Cíveis	413.160	449.498
Trabalhistas	3.351	1.345
Tributários	2.134	1.863
	418.647	452.708

4.16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4.16.1 Capital social

	31/12/2024		31/12/2023	
Acionista	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Argovias Administração e Participações S.A.	992.476.829	100%	813.000.000	100%

4.16.2 Reserva de lucros:

	31/12/2024	31/12/2023
Legal	8.775	5.724
Orçamento de capital	147.506	104.028
	156.281	109.752

4.16.3 Dividendos e juros sobre o capital próprio: O cálculo da distribuição do resultado é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	61.021	60.064
Constituição da reserva legal	(3.051)	(3.003)
Base de cálculo dos dividendos	57.970	57.061
Dividendos mínimos obrigatórios (R$0,01 e R$0,02 por ação)	(14.492)	(14.265)
Orçamento de Capital	(43.478)	(42.796)

4.17 RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2024	31/12/2023
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	41.537	53.716
Pedágio por equipamento eletrônico	295.365	262.860
Vale-pedágio	60.477	59.588
Outras	8.813	145
	406.192	376.309
Receita de construção	280.813	227.200
Receitas acessórias	1.141	9.156
Receita bruta	688.146	612.665
Deduções da receita bruta	(35.415)	(33.461)
Receita líquida	652.731	579.204
Deduções		
COFINS (3%)	(12.223)	(11.564)
PIS (0,65%)	(2.648)	(2.506)
ISS (5%)	(20.360)	(19.267)
Abatimentos	(184)	(124)
	(35.415)	(33.461)

4.18 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	26.296	25.993
Conservação e manutenção	23.931	21.818
Serviços de terceiros	48.366	44.897
Seguros	2.231	2.176
Poder Concedente	7.585	6.937
Provisão para manutenção	16.459	13.943
Custo de construção de obras	280.813	227.200
Depreciações e amortizações	71.263	62.519
Locação de imóveis e máquinas	93	136
Outros custos e despesas operacionais	8.716	9.065
	485.753	414.684
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	467.228	396.662
Despesas gerais e administrativas	18.525	18.022
	485.753	414.684

4.19 RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	9.282	13.922
Atualização monetária depósitos judiciais	35	32
Outras	422	539
	9.739	14.493
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(10.220)	(10.095)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(69.839)	(68.622)
Variação monetária sobre debêntures	(5.475)	(5.272)
Variação monetária sobre financiamentos e empréstimos	(6.539)	(7.537)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.429)	(1.549)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(5.612)	(6.446)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas	(741)	(1.697)
Juros Capitalizados	15.725	17.241
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras	(453)	(678)
Juros sobre arrendamentos – CPC 06 (R2)	(2.126)	(2.024)
Outras despesas financeiras	(1.781)	(1.377)
	(88.490)	(88.056)
Resultado financeiro, líquido	(78.751)	(73.563)

4.20 LUCRO POR AÇÃO

4.20.1 Lucro básico por ação

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	61.021	60.064
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	827.717	738.844
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,07	0,08

4.20.2 Lucro diluído por ação:

A Companhia não possui dívida conversível em ações.

continua ...

... continuação

ECO050 - CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A. - CNPJ/MF 19.208.022/0001-70 - NIRE 31.300.105.890

4.21 GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Índices de endividamento

	31/12/2024	31/12/2023
Dívida	1.020.200	1.004.843
Disponibilidade	(77.664)	(92.797)
Dívida líquida	942.536	912.046
Patrimônio líquido	1.148.758	925.865
Índice de endividamento líquido	0,82	0,99

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa	21.998	21.998
Clientes	32.181	32.181
Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva	58.363	58.363
Passivos:		
Fornecedores	19.454	19.454
Fornecedores FIDC	205	205
Empréstimos e financiamentos	898.692	872.968
Debêntures	108.738	74.777
Passivo de arrendamento	12.770	14.139

Gestão de riscos

Modalidade	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	44.427	44.427	44.427	488.697
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	12.359	12.359	12.359	135.944
Caixa Econômica Federal - FINISA	34.120	34.120	34.120	375.322
Caixa Econômica Federal - FDCO	19.671	18.884	18.091	121.781
Debêntures	24.562	25.703	32.637	82.527
Passivo de arrendamento	7.615	3.706	1.946	872
	142.754	139.199	143.580	1.205.143

Análise de sensibilidade

		Juros a incorrer		
Operação	Risco	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alto do CDI	2.344	2.929	3.515
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(10.179)	(10.361)	(10.544)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do TJLP	(56.124)	(70.155)	(84.186)

		Juros a incorrer		
Operação	Risco	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Juros a incorrer, líquidos		(63.959)	(77.587)	(91.215)

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	14,90%	18,63%	22,35%
IPCA (b)	4,43%	5,53%	6,64%
TJLP (c)	8,50%	10,63%	12,75%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados – Dezembro de 2024.

4.22 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Transações que não envolvem caixa

Transação	31/12/2024	31/12/2023
Direito de uso – CPC06 (R2) - Adições	266	6.649
Direito de uso – CPC06 (R2) - Baixas	(566)	-

4.23 SEGUROS CONTRATADOS

Natureza	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Operações	31/12/2025	BTG/TOO	746.446
			746.446

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://diariodeuberlandia.com.br/publicidadelegal
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 18 de março de 2025, sem modificações.

ANUNCIE | 34 99862-5000

QUER VENDER?
COMPRAR? ALUGAR?
CLASSIFICADOS

COMUNICADO AOS INTERESSADOS
PROCESSO Nº: 0427620-11.2003.8.13.0702
COMARCA DE UBERLÂNDIA-MG. 2ª VARA CÍVEL
CLASSE: [CÍVEL] FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESARIAIS
AUTOR: IRMÃOS VOLPI LTDA

O Síndico vem comunicar aos interessados que, consoante artigo 114 do Dec-Lei nº 7661/45, dará início à realização do ativo e pagamento do passivo, ressaltando que serão observadas as determinações de preferência estabelecidas no artigo 124 do mesmo Decreto.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

AVISO DE LICITAÇÃO

Exclusivo para participação de Micro Empresa ME e Empresa de Pequeno Porte EPP em cumprimento ao art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar 147/2014 A Câmara Municipal de Uberlândia, UASG 925010, representada pelo(a) Pregoeiro(a), torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 90.004/2025, Processo nº 009/2025, tipo menor preço por item.OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de achocolatado e refresco em pó sabor laranja, com entrega parcelada, para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Uberlândia-MG.Data da Sessão: Quinta-feira, 03 de abril de 2025, às 08:30 horas (Horário de Brasília/DF).Local de reunião: sítio eletrônico www.gov.br/compras/pt-br - Portal de Compras do Governo Federal.Obtenção do edital: compras@camarauberlandia.mg.gov.br, www.camarauberlandia.mg.gov.br,https://www.gov.br/compras/pt-br Telefones: (34) 3239-1196 / 3239-1137 / 3239-1194. Endereço:Av. João Naves de Ávila, 1.617 – Bairro Santa Mônica.Uberlândia, 18 de março de 2025.SUÊ CASTILHO.PREGOEIRA

ZUP I.T. Serviços em Tecnologia e Inovação S.A.

CNPJ/ME 01.451.373/0001-41 NIRE 31300130380

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2024

Data, Hora e Local: Em 18 de outubro de 2024, às 14:00 horas, por teleconferência. **1. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação prévia, conforme disposto no Artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), em decorrência de estar presente o acionista titular das ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **2. Mesa**: Presidente: Ricardo Ribeiro Mandacaru Guerra; Secretária: Sra. Renata Junqueira Morelli. **3. Ordem do Dia:** Aprovar as seguintes matérias (i) Alterar o endereço da Matriz da Companhia e, respectivamente, o art. 2º do Estatuto Social; (ii) Alterar o Art. 16 do Estatuto Social da Companhia em seu parágrafo primeiro alínea "d", e em seu parágrafo segundo alínea "a"; **4. Deliberações**: Tendo sido examinadas e discutidas, as seguintes deliberações foram tomadas por unanimidade de votos e sem ressalvas: **4.1** Autorizar a lavratura da ata desta Assembleia na forma de sumário contendo transcrição apenas das deliberações tomadas, conforme autorizado pelo Artigo 130, §1º da Lei das S.A. **4.2** Alterar endereço da matriz da Companhia, localizada na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, inscrita perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE: 31300130380, inscrita no CNPJ sob o n 01451373/0001-41, **para a Avenida Av. Bélgica,1220 - Sala 207 – "Setor Empresarial" do empreendimento Pátio Sabiá – Bairro Tibery – Uberlândia/MG – CEP 38405-030,** com efeitos a partir do dia 18 de outubro de 2024. Neste sentido, com efeitos a partir de referida data, o Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "*Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Avenida Av. Bélgica,1220 - Sala 207 – "Setor Empresarial" do empreendimento Pátio Sabiá – Bairro Tibery – CEP 38405-030, podendo, por deliberação da Diretoria, criar, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior.*" **4.3** Alterar o artigo 16 do Estatuto Social da Companhia conforme a seguir: i. Na alínea "d" de seu parágrafo primeiro, alterá-la para que passe a ser lida com a seguinte redação: *"Coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas comercial, tecnologia da informação, logística, administrativa, marketing, financeira, supply, jurídico, compliance, riscos, auditoria interna, e de recursos humanos, bem como todos os negócios e operações da Companhia;" ii.* Na alínea "a" de seu parágrafo segundo, alterá-la para que passe a ser lida com a seguinte redação: *"Exercer o controle geral das atividades administrativas, financeiras, de facilities e departamento pessoal da Companhia, observando sempre as melhores práticas de mercado, legislação e regulamentação aplicáveis;"* **Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, lavrada a presente ata que, após lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Presentes:** Mesa: Presidente: Ricardo Ribeiro Mandacaru Guerra; Secretária: Sra. Renata Junqueira Morelli. Acionistas: *Redecard S.A.* (p. Gabriela Rodrigues Ferreira e Adriano Tchen Cardoso Alves). Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Uberlândia/MG, 18 de outubro de 2024. **(a) Renata Junqueira Morelli.** JUCEMG - Registro nº 12541505, em 26.02.2025. (a) Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral.

FUNDAÇÃO UBERLANDENSE DO TURISMO, ESPORTE E LAZER - FUTEL

AVISO DE LICITAÇÃO.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025.Nº COMPRAS.GOV 90017/2025 - UASG: 926038.PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E.EQUIPARADAS CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO POR LOTE" CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UBERLANDENSE DO TURISMO, ESPORTE E LAZER - FUTEL - Objeto:Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE JARDINAGEM DA FUTEL, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS DE DIVERSAS MARCAS, em atendimento à Fundação Uberlandense do Turismo, Esporte e Lazer – FUTEL. VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 34.576,00. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 04/04/2025, às 09h (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras.Uberlândia-MG, 18 de março de 2025.EDSON CEZAR ZANATTA.Diretor Geral da FUTEL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2025 Nº COMPRAS.GOV 90018/2025 - UASG: 926038 PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR VALOR POR LOTE" CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UBERLANDENSE DO TURISMO, ESPORTE E LAZER - FUTEL - Objeto:Futura ou Eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviço de PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS DO TIPO CORRIDA DE RUA, para uso quando requerido em eventos realizados pela Fundação Uberlandense do Turismo, Esporte e Lazer – FUTEL. VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 133.105,47. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 02/04/2025, às 13h (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras.Uberlândia-MG, 18 de março de 2025.EDSON CEZAR ZANATTA.Diretor Geral da FUTEL.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 019/2025 Nº COMPRAS.GOV 90019/2025 - UASG: 926038 PARTICIPAÇÃO COM ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS E ITEM PARA AMPLA CONCORRÊNCIA CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO POR ITEM" CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UBERLANDENSE DO TURISMO, ESPORTE E LAZER - FUTEL - Objeto:Futura e Eventual contratação de empresa para FORNECIMENTO DE REFLETOR/ PROJETOR DE LED, para uso nas dependências da Fundação Uberlandense do Turismo, Esporte e Lazer – FUTEL. VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 584.517,12. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 31/03/2025, às 09h (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras.Uberlândia-MG, 17 de março de 2025.EDSON CEZAR ZANATTA.Diretor Geral da FUTEL

ecovias Cerrado

Concessionária Ecovias do Cerrado S.A.

CNPJ/MF nº 35.593.905/0001-05 - NIRE nº 31.300.128.431

Demonstrações Financeiras **2024**

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
a) https://diariodeuberlandia.com.br/publicidadelegal
b) https://ri.ecorodovias.com.br/
c) https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx
d) https://bvmf.bmfbovespa.com.br/cias-Listadas/informacoes-por-periodo/BuscaInformacoesPeriodo.aspx?Idioma=pt-br

Declaração do auditor independente:
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://diariodeuberlandia.com.br/publicidadelegal. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 18 de março de 2025, sem modificações.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	175.008	229.676
Aplicações financeiras	4.2	113.404	74.973
Clientes	4.3	14.313	15.321
Tributos a recuperar		6.707	1.982
Despesas antecipadas		449	471
Partes relacionadas	4.10	3	3.032
Outros créditos		15.095	13.714
Total do ativo circulante		324.979	339.169
Não circulante			
Tributos diferidos	4.7	4.545	6.068
Depositos judiciais	4.4	64	-
Imobilizado	4.5	43.454	39.625
Intangível	4.6	1.326.533	1.001.814
Total do ativo não circulante		1.374.596	1.047.507
Total de ativo		**1.699.575**	**1.386.676**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores		25.182	31.908
Fornecedores FIDC		3.256	-
Risco sacado		917	-
Debêntures	4.8	52.377	7.714
Passivo de arrendamento	4.9	12.367	5.270
Partes relacionadas	4.10	7.461	2.614
Impostos, taxas e contribuições a recolher		4.067	3.876
Obrigações sociais e trabalhistas		2.081	1.658
Obrigações com poder concedente	4.12	405	385
Provisão para manutenção	4.11	20.567	-
Juros sobre o capital próprio a pagar		-	2.962
Outras contas a pagar		238	257
Total do passivo circulante		128.918	56.644
Não circulante			
Debêntures	4.8	670.540	634.185
Passivo de arrendamento	4.9	8.442	9.962
Provisão para manutenção	4.11	39.467	38.099
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	4.13	1.667	475
Outras contas a pagar		23.560	17.479
Total do passivo não circulante		743.676	700.200
Patrimônio líquido			
Capital social	4.14.1	819.407	622.407
Reserva legal	4.14.2	7.172	6.270
Reserva de lucros - orçamento de capital	4.14.3	402	-
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos		-	1.155
Lucro do exercício		-	-
Total do patrimônio líquido		826.981	629.832
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.699.575**	**1.386.676**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	4.15	505.715	401.204
Custo dos serviços prestados	4.16	(431.978)	(317.069)
Lucro Bruto		73.737	84.135
Despesas gerais e administrativas	4.16	(12.589)	(15.723)
Outras despesas e receitas líquidas		7	14
Lucro Operacional		61.155	68.426
Receitas financeiras	4.17	22.565	17.881
Despesas financeiras	4.17	(60.749)	(24.559)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(38.184)	(6.678)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		22.971	61.748
Imposto de renda e contribuição social	4.7	(4.921)	(15.910)
Lucro líquido do período		18.050	45.838
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais)	4.18	0,02873	0,07365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Com arrecadação de pedágio	215.589	202.933
Com construção	307.915	214.979
Outras receitas	27	14
	523.531	417.926
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(377.108)	(276.302)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.687)	(12.214)
Outras	(126)	(68)
Valor adicionado bruto	137.610	129.342
Depreciação e amortização	(39.955)	(26.223)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	97.655	103.119
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	22.565	17.881
Outras receitas (despesas) líquidas	7	14
Valor adicionado total a distribuir	120.227	121.014
Distribuição do valor adiconado	120.227	121.014
Pessoal	18.744	17.669
Remuneração direta	14.146	13.416
Benefícios	3.853	3.560
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	745	693
Impostos, taxas e contribuições	22.611	32.564
Federais	12.791	23.317
Municipais	9.820	9.247
Remuneração de capitais de terceiros	60.822	24.943
Juros	19.362	13.277
Aluguéis	73	384
Outros efeitos financeiros	41.387	11.282
Remuneração de capitais próprios	18.050	45.838
Reserva legal	902	2.292
Orçamento de capital	402	-
Juros sobre o capital próprio	9.015	14.778
Dividendos intermediários	7.731	27.613
Dividendos adicionais propostos	-	1.155

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do período	18.050	45.838
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do período	18.050	45.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	18.050	45.838
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	39.955	26.223
Perda/ Baixa de ativo imobilizado e do intangível	5	50
Capitalização de juros	(27.918)	(19.227)
Encargos financeiros sobre debêntures e arrendamentos	83.600	41.260
Provisão e atualização para perdas cíveis e trabalhistas	1.493	522
Provisão e atualização monetária da provisão para manutenção	21.935	13.902
Obrigações com Poder Concedente	5.279	5.173
Tributos diferidos	1.523	1.645
Provisão para imposto de renda e contribuição social	3.398	14.265
Variação nos ativos operacionais:		
Clientes	1.008	(5.129)
Partes relacionadas - clientes	3.029	(3.025)
Impostos a recuperar	(4.725)	(1.214)
Despesas antecipadas	22	632
Depósitos judiciais	(64)	-
Outros créditos	(1.381)	(10.886)
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores, FIDC e risco sacado	(2.553)	(7.827)
Obrigações sociais	423	(163)
Partes relacionadas - fornecedores	4.847	713
Impostos, taxas e contribuições a recolher	191	82
Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	(301)	(52)
Obrigações com o Poder concedente	(5.259)	(5.147)
Outras contas a pagar	6.062	3.411
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.398)	(15.401)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	145.221	85.645
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(16.146)	(14.342)
Aquisição de intangível	(308.115)	(215.419)
Aplicações financeiras	(38.431)	(69.662)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(362.692)	(299.423)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(20.863)	(70.523)
Pagamento de debêntures e arrendamentos	(10.752)	(184.267)
Juros pagos sobre debêntures e arrendamentos	(2.582)	(27.738)
Captação de debêntures	-	621.161
Aumento de capital	197.000	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	162.803	338.633
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	(54.668)	124.855
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	229.676	104.821
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	175.008	229.676
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	(54.668)	124.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua ...

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A. - CNPJ/MF n° 35.593.905/0001-05

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R$)

			Reservas de lucros				
	Nota explicativa	Capital social Subscrito	Legal	Orçamento de capital	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2023		622.407	3.978	-	18.509	-	644.894
Dividendos pagos		-	-	-	(18.509)	-	(18.509)
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	45.838	45.838
Distribuição do lucro:							
Reserval Legal	4.14.3	-	2.292	-	-	(2.292)	-
Dividendos intermediários (R$0,04 por ação)	4.14.3	-	-	-	-	(27.613)	(27.613)
Juros sobre capital próprio (R$0,02 por ação)	4.14.3	-	-	-	-	(14.778)	(14.778)
Dividendo adicional proposto (R$0,002 por ação)	4.14.3	-	-	-	1.155	(1.155)	-
Em 31 de dezembro de 2023		622.407	6.270	-	1.155	-	629.832
Em 1º de janeiro de 2024		622.407	6.270	-	1.155	-	629.832
Dividendos pagos		-	-	-	(1.155)	-	(1.155)
Aumento de capital		197.000	-	-	-	-	197.000
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	18.050	18.050
Distribuição do lucro:							
Reserva de lucro - Orçamento de capital	4.14.3	-	-	402	-	(402)	-
Reserval Legal	4.14.3	-	902	-	-	(902)	-
Dividendos intermediários (R$0,01 por ação)	4.14.3	-	-	-	-	(7.731)	(7.731)
Juros sobre capital próprio (R$0,01 por ação)	4.14.3	-	-	-	-	(9.015)	(9.015)
Em 31 de dezembro de 2024		819.407	7.172	402	-	-	826.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS RESUMIDAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias do Cerrado S.A. ("Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 14 de outubro de 2019, e tem por objeto social específico, único exclusivo a operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário composto pelos trechos da BR-364/365/GO/MG, no trecho do entroncamento com a BR-060 (Jataí/GO) e o entroncamento com a LMG-479 (Contorno Oeste de Uberlândia/MG). O Contrato de Concessão com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, assinado em 19 de dezembro de 2019, possui prazo final em 19 de janeiro de 2050. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota 16.1 das demonstrações financeiras anuais completas (conforme demonstrado acima). A sede da Companhia está localizada na Rua Sintra, 50, sala 01, Bairro Granja Marileusa, no município de Uberlândia - MG. As ações da Companhia são de titularidade da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS"), sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. 1.1 Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (ESG - Environmental, Social and Governance na sigla em Inglês): Com o objetivo de desenvolver e aplicar os temas relacionados a ESG, e contribuir com a Sustentabilidade do negócio, o Conselho de Administração do Grupo EcoRodovias aprovou no início de 2024 a sua Agenda ESG 2030. Dentro dessa agenda, o Grupo EcoRodovias traça diversos compromissos em 10 vias de Sustentabilidade, incluindo metas nos temas de mitigação e adaptação climática; segurança viária e ocupacional; direitos humanos, entre outros. Esses compromissos visam o ano de 2030, porém o Grupo estabelece metas anuais, inclusive para todos os colaboradores. No pilar climático, o objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo EcoRodovias estabeleceu os alicerces de um plano de descarbonização, sendo este um documento revisado periodicamente de modo a incluir novas tecnologias e soluções de baixo carbono. Em 2024 foi estruturado um estudo de transição energética que avalia soluções de combustíveis renováveis para substituição aos fósseis. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono e I-REC (aquisição de certificados de energia renovável) para compensar todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. Outro compromisso da Agenda ESG 2030 está relacionado à adaptação dos negócios do Grupo às mudanças climáticas. Nesse tópico, o Grupo EcoRodovias realizou estudo de vulnerabilidade climática com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e no longo prazo (anos de 2030 e 2050). Esse estudo é periodicamente revisado de maneira a incluir novas concessões e novos cenários climáticos, além de incorporar aprimoramentos de metodologia. O estudo revisado em 2024 incluiu o levantamento de fatores de riscos físicos, riscos de transição e oportunidades, considerando todos os ativos do grupo. Os resultados desse trabalho são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar impactos à segurança da infraestrutura e dos usuários. 1.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: Para fins ilustrativos, a Companhia lista abaixo todas as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entraram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. • Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. • Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements* - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b (i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. As alterações mencionadas acima não causaram qualquer impacto material para a Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations)* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicados na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizados na Nota 3 das demonstrações financeiras anuais completas. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4 das demonstrações financeiras anuais completas. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. 2.3 Aprovação das Demonstrações Financeiras: Em 18 de março de 2025, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

3.1 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ativos intangíveis: O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua via contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de redução ao valor recuperável descritos na Nota 9.e Intangível das demonstrações financeiras anuais completas, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. 3.2 Provisões gerais: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. Provisão para manutenção: Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com a taxa de 9,76% ao ano (9,78% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023), correspondentes ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos. Provisão para perdas cíveis e trabalhistas: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. 3.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas com a transação em questão. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. 3.4 Custos de debêntures: Os custos de debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. 3.5 Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base no Contrato de Concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação. 3.6 Arrendamento: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como passivo de arrendamento com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). 3.7 Imobilizado: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. 3.8 Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. 3.9 Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente. 3.10 Partes relacionadas: A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

continua ...

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A. - CNPJ/MF nº 35.593.905/0001-05

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

4. PRINCIPAIS SALDOS CONTÁBEIS E DEMAIS INFORMAÇÕES RELEVANTES

4.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	1.125	1.195
Equivalentes de caixa:		
Fundo de investimento	173.404	226.609
Operações compromissadas	-	1.500
Aplicações automáticas	479	372
	175.008	229.676

4.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2024	31/12/2023
Cotas Fundo - BTG CDB I e Plus	111.282	73.465
Cotas Fundo - FIDC ECO	2.122	1.508
	113.404	74.973

4.3 CLIENTES

	31/12/2024	31/12/2023
Pedágio eletrônico	13.773	14.761
Receitas acessórias	13	-
Outras contas a receber	527	560
	14.313	15.321

4.4 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2024	31/12/2023
Natureza		
Traballhistas	64	-
	64	-

4.5 IMOBILIZADO

	Taxa anual %	31/12/2024	31/12/2023
Custo			
Hardwares	-	78.107	64.049
Máquinas e equipamentos	-	4.507	1.726
Móveis e utensílios	-	1.641	1.518
Veículos	-	307	-
Total custo		84.562	67.293
Depreciação			
Hardwares	20,0	(39.817)	(26.826)
Máquinas e equipamentos	10,0	(701)	(423)
Móveis e utensílios	10,0	(577)	(419)
Veículos	25,0	(13)	-
Total depreciação		(41.108)	(27.668)
Total líquido		43.454	39.625

4.6 INTANGÍVEL

	Taxa anual %	31/12/2024	31/12/2023
Custo			
Contratos de concessão	-	1.086.762	573.241
Intangível em andamento	-	252.910	431.929
Software de terceiros	-	3.248	2.845
Direito de Uso - CPC06 (R2)	-	39.565	23.236
Total custo		-	1.031.251
Amortização			
Contratos de concessão	-	(34.074)	(19.607)
Software de terceiros	20,0	(2.018)	(1.442)
Direito de Uso - CPC06 (R2)	-	(19.860)	(8.388)
Total amortização		(55.952)	(29.437)
Total líquido		1.326.533	1.001.814

4.7 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Balanço patrimonial				Resultado
	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024	31/12/2024
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	161	412	-	573	412
Provisão para manutenção	12.954	7.458	-	20.412	7.458
Juros capitalizados	(7.047)	(9.492)	99	(16.440)	(9.393)
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	6.068	(1.622)	99	4.545	
Despesas de IR e CS diferido					(1.523)

4.8 DEBÊNTURES

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	31/12/2024	31/12/2023
2ª Emissão	09/2027	IPCA+ 6,35%a.a.	722.917	641.899
			722.917	641.899
Circulante			52.377	7.714
Não circulante			670.540	634.185

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros ("*covenants*"). A companhia está adimplente com os referidos índices.

4.9 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo de arrendamento:	20.809	15.232
Circulante	12.367	5.270
Não circulante	8.442	9.962

A companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

	Taxa %	
Prazos	31/12/2024	31/12/2023
1 ano	8,94	8,33
2 anos	9,42	8,33
3 anos	5,18	9,1
4 anos	4,10	5,18
5 anos	4,10	4,10
6 anos em diante	4,10	0,00

4.10 PARTES RELACIONADAS

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante		
Eco050	3	32
Ecorodovias Concessões	-	3.000
	3	3.032
Ativo não circulante		
Ecorodovias Concessões	8.248	7.746
Sinelec S.p.A	865	279
CBB Ind. E Com. De Asfalto	33.487	-
	42.600	8.025
Passivo		
Eco050	22	2.308
Ecorodovias Concessões	2.262	61
Sinelec S.p.A	-	245
Eco101	48	-
CBB Ind. E Com. De Asfalto	5.129	-
	7.461	2.614

4.11 PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

	31/12/2024	31/12/2023
Constituição da provisão para manutenção	72.305	50.006
Efeito do valor presente sobre constituição	(18.855)	(14.530)
Ajuste a valor presente - realizações	6.584	2.623
	60.034	38.099
Circulante	20.567	-
Não circulante	39.467	38.099

4.12 OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de Fiscalização	405	385
	405	385

A companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	Previsão até o fim da concessão	
	31/12/2024	31/12/2023
Natureza dos custos		
Melhorias na infraestrutura	457.736	561.914
Conservação especial (manutenção)	1.463.273	1.558.791
Equipamentos	30.765	48.483
Total	1.951.774	2.169.188

4.13 PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

4.13.1 Prováveis (com constituição de provisão)

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	1.350	392
Trabalhistas	317	83
	1.667	475

4.13.2 Possíveis (sem constituição de provisão)

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	79.483	50.744
Trabalhistas	1.146	1.548
	80.629	52.292

4.14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4.14.1 Capital Social

	31/12/2024		31/12/2023	
Acionista	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	819.406.625	100%	622.406.625	100%
Total ações ordinárias	819.406.625		622.406.625	

4.14.2 Reserva de lucros

	31/12/2024	31/12/2023
Legal	7.172	6.270

4.14.3 Dividendos e juros sobre o capital próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O cálculo da distribuição do resultado é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	18.050	45.838
Reserva Legal (5%)	(902)	(2.292)
Base de cálculo dos dividendos	17.148	43.546
Proposta da Administração:		
Orçamento de capital	(402)	-
Dividendos intermediários pagos	(7.731)	(27.613)
Juros sobre o capital próprio	(9.015)	(14.778)
Dividendos adicionais propostos	-	(1.155)

4.15 RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2024	31/12/2023
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	24.973	32.913
Pedágio por equipamento eletrônico	152.235	134.937
Vale-pedágio	38.167	34.991
Outras	214	92
	215.589	202.933
Receita de construção	307.915	214.979
Receitas acessórias	27	14
Receita bruta	523.531	417.926
Deduções de receita bruta	(17.816)	(16.722)
Receita líquida	505.715	401.204

	31/12/2024	31/12/2023
Deduções		
Cofins (3%)	(6.468)	(6.088)
PIS (0,65%)	(1.402)	(1.319)
ISS (2% a 5%)	(9.820)	(9.247)
Abatimentos	(126)	(68)
	(17.816)	(16.722)

4.16 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	18.744	17.669
Conservação e manutenção	15.891	21.038
Serviços de terceiros	29.701	27.749
Seguros	992	975
Poder Concedente	5.279	5.173
Provisão para manutenção	17.973	11.923
Custo de construção de obras	307.915	214.979
Depreciações e amortizações	39.955	26.223
Locação de imóveis e máquinas	73	384
Outros custos e despesas operacionais	8.044	6.679
	444.567	332.792
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	431.978	317.069
Despesas gerais e administrativas	12.589	15.723
	444.567	332.792

4.17 RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	22.359	17.856
Variação monetária créditos fiscais	1	-
Outras receitas financeiras	205	25
	22.565	17.881
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(44.698)	(31.468)
Variação monetária sobre debêntures	(31.749)	(6.936)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(4.572)	(1.820)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas	(420)	(43)
Juros capitalizados	27.918	19.227
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(3.961)	(1.979)
Juros sobre arrendamento - CPC06 (R2)	(2.582)	(1.036)
Outras despesas financeiras	(685)	(504)
	(60.749)	(24.559)
Resultado financeiro, líquido	(38.184)	(6.678)

4.18 LUCRO POR AÇÃO

4.18.1 Lucro básico

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	18.050	45.838
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	628.327	622.407
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,03	0,07

4.18.2 Lucro diluído por ação: A Companhia não possui dívida conversível em ações.

4.19 GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Índice de endividamento

	31/12/2024	31/12/2023
Dívida	743.726	657.131
Disponbilidade	(175.008)	(229.676)
Dívida líquida	568.718	427.455
Patrimônio líquido	826.981	629.832
Índice de endividamento líquido	0,69	0,68

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa	175.008	175.008
Clientes	14.313	14.313
Aplicações financeiras	113.404	113.404
Passivos:		
Fornecedores	25.182	25.182
Fornecedores FIDC	3.256	3.256
Risco sacado	917	917
Debêntures	722.917	737.129
Passivo de Arrendamento	20.809	22.570

Gestão de riscos: Risco de liquidez

Modalidade	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
Debêntures	-	-	988.503	-
Passivo de Arrendamento	12.828	7.080	1.769	893
	12.828	7.080	990.272	893

Análise de sensibilidade

		Juros a incorrer		
Operação	Risco	Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	34.423	43.029	51.635
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(107.952)	(110.206)	(112.482)
Juros a incorrer, líquidos		(73.529)	(67.177)	(60.847)

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI	14,90%	18,63%	22,35%
IPCA	4,43%	5,53%	6,64%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados - dezembro/2024.

4.20 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

4.20.1 Transações que não envolvem caixa

Transação	31/12/2024	31/12/2023
Direito de uso - CPC 06 (R2) - Adições	16.329	4.224

4.21 SEGUROS CONTRATADOS

Natureza	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Operações	31/12/2024	BTG/TOO	148.595
			148.595

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://diariodeuberlandia.com.br/publicidadelegal
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 18 de março de 2025, sem modificações.



Argovias Administração e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 29.434.111/0001-98 - NIRE 31.300.119.548

Demonstrações Financeiras **2024**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	**Nota Explicativa**	**Controladora 31/12/2024**	**Controladora 31/12/2023**	**Consolidado 31/12/2024**	**Consolidado 31/12/2023**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	291	297	22.289	39.748
Aplicações financeiras	6	-	-	2.697	7.736
Aplicações financeiras - conta reserva	7	-	-	13.306	13.112
Clientes	8	-	-	32.181	32.942
Tributos a recuperar		10	8	41	457
Despesas antecipadas		-	-	1.337	1.285
Partes relacionadas	17	-	-	23	61
Dividendos a receber		14.492	23.620	-	-
Outros créditos		-	-	13.105	4.760
Total do ativo circulante		14.793	23.925	84.979	100.101
Não circulante					
Depósitos judiciais	9	-	-	1.046	1.004
Aplicações financeiras - conta reserva	7	-	-	42.360	40.234
Outros créditos		-	-	200	2.684
Investimentos	10	1.148.758	925.865	-	-
Imobilizado	11	-	-	16.186	16.798
Intangível	12	-	-	2.180.458	1.944.700
Total do ativo não circulante		1.148.758	925.865	2.240.250	2.005.420
Total do ativo		1.163.551	949.790	2.325.229	2.105.521

Passivo e patrimônio líquido	**Nota Explicativa**	**Controladora 31/12/2024**	**Controladora 31/12/2023**	**Consolidado 31/12/2024**	**Consolidado 31/12/2023**
Circulante					
Fornecedores		-	2	19.454	31.069
Fornecedores FIDC	6 (b)	-	-	205	-
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	46.507	41.886
Debêntures	15	-	-	13.254	5.072
Passivo de arrendamento	16	-	-	7.587	7.500
Impostos, taxas e contribuições a recolher		-	-	5.470	5.204
Provisão para imposto de renda e contribuição social	13.3	-	-	444	1.941
Dividendos a pagar	21.4	14.492	14.267	14.492	14.267
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	3.004	2.822
Partes relacionadas	17	-	-	3.499	2.779
Obrigações com poder concedente	18	-	-	602	575
Provisão para manutenção	19	-	-	35.792	25.275
Outras contas a pagar		-	-	542	1.839
Total do passivo circulante		14.492	14.269	150.852	140.229
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	852.185	835.192
Debêntures	15	-	-	95.484	103.099
Passivo de arrendamento	16	-	-	5.183	12.094
Tributos diferidos	13.1	-	-	21.942	13.337
Provisão para manutenção	19	-	-	23.058	38.793
Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	20	-	-	6.116	6.179
Outras contas a pagar		-	-	21.350	21.077
Total do passivo não circulante		-	-	1.025.318	1.029.771
Patrimônio líquido					
Capital social	21.1	1.055.260	888.250	1.055.260	888.250
Reserva de lucros - legal	21.2	6.150	3.099	6.150	3.099
Reserva de lucros - orçamento de capital	21.3	87.649	44.172	87.649	44.172
Total do patrimônio líquido		1.149.059	935.521	1.149.059	935.521
Total do passivo e patrimônio líquido		1.163.551	949.790	2.325.229	2.105.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	**Controladora 31/12/2024**	**Controladora 31/12/2023**	**Consolidado 31/12/2024**	**Consolidado 31/12/2023**
Receita líquida	22	-	-	652.731	579.204
Custo dos serviços prestados	23	-	-	(467.228)	(396.662)
Lucro bruto		-	-	185.503	182.542
Despesas gerais e administrativas	23	(24)	(18)	(18.549)	(18.040)
Outras receitas (despesas), líquidas		-	-	39	39
Resultado de equivalência patrimonial		61.021	60.064	-	-
Lucro operacional		60.997	60.046	166.993	164.541
Receitas financeiras	24	26	30	9.765	14.523
Despesas financeiras	24	(3)	(2)	(88.493)	(88.058)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		23	28	(78.728)	(73.535)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		61.020	60.074	88.265	91.006
Imposto de renda e contribuição social	13	-	(2)	(27.245)	(30.934)
Lucro líquido do exercício		61.020	60.072	61.020	60.072
Lucro por ação - básico e diluído (em reais)	25	0,06764	0,07379	0,06764	0,07379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 31/12/2024	**Controladora 31/12/2023**	**Consolidado 31/12/2024**	**Consolidado 31/12/2023**
Lucro líquido do exercício	61.020	60.072	61.020	60.072
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	61.020	60.072	61.020	60.072

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais - R$)

			Reservas de lucros			
	Nota Explicativa	**Capital social**	**Reserva legal**	**Orçamento de Capital**	**Lucros/ (prejuízos) acumulados**	**Total**
Em 1º de janeiro de 2023		801.250	96	1.370	-	802.716
Aumento de capital		87.000	-	-	-	87.000
Lucro do exercício		-	-	-	60.072	60.072
Destinação do lucro:						
Reserva legal	21.4	-	3.003	-	(3.003)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R$0,02 por ação)	21.4	-	-	-	(14.267)	(14.267)
Constituição de reserva - orçamento de capital	21.4	-	-	42.802	(42.802)	-
Em 31 de dezembro de 2023		888.250	3.099	44.172	-	935.521
Em 1º de janeiro de 2024		888.250	3.099	44.172	-	935.521
Aumento de capital	21.1	167.010	-	-	-	167.010
Lucro do exercício		-	-	-	61.020	61.020
Destinação do lucro:						-
Reserva legal	21.4	-	3.051	-	(3.051)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R$0,01 por ação)	21.4	-	-	-	(14.492)	(14.492)
Constituição de reserva - orçamento de capital	21.4	-	-	43.477	(43.477)	-
Em 31 de dezembro de 2024		1.055.260	6.150	87.649	-	1.149.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 31/12/2024	**Controladora 31/12/2023**	**Consolidado 31/12/2024**	**Consolidado 31/12/2023**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	61.020	60.072	61.020	60.072
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	-	-	71.263	62.519
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	-	-	(209)	828
Capitalização de juros	-	-	(15.725)	(17.241)
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-	-	95.628	95.099
Provisão e atualização monetária para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	-	-	1.256	3.616
Provisão e atualização monetária da provisão para manutenção	-	-	22.071	20.389
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-	-	52	38
Obrigações com poder concedente	-	-	7.585	6.937
Atualização monetária dos depósitos judiciais	-	-	(36)	(32)
Tributos diferidos	-	-	8.605	14.600
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	2	18.640	16.334
Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	-	-	(5.660)	(6.502)
Resultado de equivalência patrimonial	(61.021)	(60.064)	-	-
Variação nos ativos operacionais:				
Clientes	-	-	709	(10.080)
Partes relacionadas - clientes	-	-	38	(6)
Tributos a recuperar	(2)	-	416	155
Despesas antecipadas	-	-	(52)	1.039
Depósitos judiciais	-	-	(6)	(328)
Outros créditos	-	-	(5.861)	25
Variação nos passivos operacionais:				
Fornecedores e FIDC	(2)	2	(11.410)	3.362
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	182	46
Partes relacionadas - fornecedores	-	-	720	(20.216)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	-	-	266	66
Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-	-	(1.319)	(1.581)
Pagamentos de provisão para manutenção	-	-	(27.289)	(29.450)
Pagamento de obrigações com poder concedente	-	-	(7.558)	(6.905)
Outras contas a pagar	-	-	(1.024)	6.757
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(2)	(20.137)	(16.593)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(5)	10	192.165	182.948
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	-	-	(4.805)	(4.819)
Aquisição de intangível	-	-	(285.970)	(224.025)
Aplicações financeiras	-	-	5.039	(1.529)
Aplicações financeiras - conta reserva	-	-	3.340	1.131
Dividendos recebidos	-	457	-	-
Investimento em controladas - aportes de capital	(152.744)	(87.000)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(152.744)	(86.543)	(282.396)	(229.242)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	-	(457)	-	(457)
Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-	-	(50.524)	(45.742)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-	-	(83.147)	(82.329)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	53.700	(53)
Aporte de capital	152.743	87.000	152.743	87.000
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	152.743	86.543	72.772	(41.581)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	(6)	10	(17.459)	(87.875)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	297	287	39.748	127.623
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	291	297	22.289	39.748
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	(6)	10	(17.459)	(87.875)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DIRETORIA

ALBERTO LUIZ LODI
Diretor Presidente

MATHEUS DA SILVA PEREIRA FERNANDES
Diretor Administrativo

CONTADOR

HUGO RAFAEL MITZ
CRC 1PR050369/O-4 'T' MG

As demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Acionistas no Website e na sede da Companhia.

LOTERIA

AGÊNCIA BRASIL



Números sorteados foram 01, 33, 39, 49, 57 e 60

Aposta de Uberlândia leva R$ 40 mil na Mega-Sena

SORTUDO ACERTOU CINCO DEZENAS E FATUROU PRÊMIO NO ÚLTIMO FIM DE SEMANA

■ DA REDAÇÃO

Uma aposta feita em Uberlândia acertou cinco das seis dezenas da Mega-Sena e foi premiada com o valor de R$ 40.759,74. O sorteio, referente ao concurso 2840, foi realizado no último fim de semana. De acordo com o site da Loterias Caixa, o ganhador fez uma aposta simples na Sortex Loteria. Os números sorteados foram: 01, 33, 39, 49, 57 e 60.

Além do acertador das cinco dezenas, outras 12 pessoas de Uberlândia também foram premiadas com 4 acertos, com uma premiação de até R$ 3 mil. Uma pessoa de Belo Horizonte acertou as seis dezenas e levou R$ 21,4 milhões.

■ COMO JOGAR

A Mega-Sena paga milhões para o acertador dos 6 números sorteados. Ainda é possível ganhar prêmios ao acertar 4 ou 5 números dentre os 60 disponíveis no volante de apostas. Para realizar o sonho de ser milionário, é preciso marcar de 6 a 20 números do volante, podendo deixar que o sistema escolha os números (Surpresinha) e/ou concorrer com a mesma aposta por 2, 4 ou 8 concursos consecutivos (Teimosinha).

A aposta mínima, de 6 números, custa R$ 5,00. Quanto mais números marcar, maior o preço da aposta e maiores as chances de faturar o prêmio mais cobiçado do país. O prêmio bruto corresponde a 43,35% da arrecadação. Dessa porcentagem:

- 35% são distribuídos entre os acertadores dos 6 números sorteados (Sena);
- 19% entre os acertadores de 5 números (Quina);
- 19% entre os acertadores de 4 números (Quadra);
- 22% ficam acumulados e são distribuídos aos acertadores dos 6 números nos concursos de final 0 ou 5.
- 5% ficam acumulados para a primeira faixa - sena - do último concurso do ano de final 0 ou 5 (Mega da Virada).

Não havendo acertador em qualquer faixa, o valor acumula para o concurso seguinte, na respectiva faixa de premiação. Os prêmios prescrevem 90 dias após a data do sorteio. Após esse prazo, os valores são repassados ao tesouro nacional para aplicação no FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.



Alexandre Valadão
Advogado e Professor
Instagram: @alexandre_valadao

DIRETO AO DIREITO

Por lei, não é qualquer pessoa que pode fazer vasectomia e laqueadura

A vasectomia é um procedimento cirúrgico que se traduz em um método contraceptivo permanente recomendado para homens que não desejam ter filhos, que consiste no ato de o médico realizar pequenas incisões no escroto, em que os canais deferentes são cortados, amarrados ou selados e as incisões são fechadas com pontos de sutura absorvíveis.

Já a laqueadura (também conhecida como ligadura tubária ou de trompas) é um procedimento cirúrgico que impede a gravidez de forma permanente, consistente em cortar, amarrar ou obstruir as trompas de Falópio, realizada por ginecologista e que dura cerca de uma hora, com anestesia geral ou raquidiana, com ou sem sedação.

Por que estamos falando disso? Porque até quem não quer ter filhos precisa prestar atenção no que diz a lei.

Antes de mais nada, independente de orientação religiosa, na minha singela opinião, não se pode entender uma pessoa que vem a esse mundo e não quer ter filhos. Não faz sentido a espécie "Homo sapiens" não querer perpetuar a sua própria espécie, como o faz todos os animais e vegetais da natureza, tendendo à sua extinção, por sua auto iniciativa.

Além disso, somente quem tem filhos (e eu tenho três, posso falar "de cadeira") consegue sentir e conhecer o verdadeiro amor que deveria existir entre as pessoas, porque, de repente, você dá mais importância a outro ser humano que não seja você mesmo, desejando até mesmo que aconteça um mal a si próprio, mas que não acontece nada a ele.

Mas essa coluna não é sobre filhos, e sim sobre matéria jurídica. Vamos deixar esse debate para um outro momento, em outro local.

Enfim, para realizar o procedimento da vasectomia ou da laqueadura é necessário seguir os requisitos previstos na Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências, alterada pela Lei nº 14.443, de 2 de setembro de 2022.

Esta Lei 14.443 alterou o art. 10 da Lei 9.263.

Basicamente, desde setembro de 2022, somente é permitida a esterilização voluntária nas situações definidas na própria lei.

Assim, a primeira situação é: "em homens e mulheres com capacidade civil plena e maiores de 21 (vinte e um) anos de idade ou, pelo menos, com 2 (dois) filhos vivos, desde que observado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico, período no qual será propiciado à pessoa interessada acesso a serviço de regulação da fecundidade, inclusive aconselhamento por equipe multidisciplinar, com vistas a desencorajar a esterilização precoce."

Primeira condição, portanto, é o homem ou a mulher que deseja se submeter ao método contraceptivo possuir, no mínimo, 21 anos de idade, com capacidade civil plena.

Existem Projetos de Lei tramitando no Poder Legislativo buscando alterar a idade mínima para dezoito anos, mas por enquanto ainda prevalece a regra prevista na Lei 9.263.

Se o homem ou a mulher possuir menos de 21 anos de idade, somente pode realizar a vasectomia ou laqueadura aquele que tiver, pelo menos, dois filhos vivos.

Nota-se uma preocupação premente do legislador com a procriação da espécie. Somente o adulto com 21 anos pode decidir pela esterilização. Presume-se que ele já tenha maturidade suficiente para tomar essa decisão. Abaixo dessa faixa etária, somente com dois filhos vivos, ou seja, já procriou, agora pode se esterilizar.

Ainda, prazo mínimo de sessenta dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico. O objetivo dessa regra é propiciar à pessoa o arrependimento, sem prejuízo. Nesse prazo de sessenta dias o candidato à esterilização será encaminhado a frequentar serviço de regulação da fecundidade, com aconselhamento por equipe multidisciplinar, buscando desencorajar a esterilização precoce.

Nota-se uma preocupação premente do legislador com a procriação da espécie. Somente o adulto com 21 anos pode decidir pela esterilização. Presume-se que ele já tenha maturidade suficiente para tomar essa decisão. Abaixo dessa faixa etária, somente com dois filhos vivos, ou seja, já procriou, agora pode se esterilizar

Atualmente, cada vez mais jovens têm optado pelos métodos de esterilização. Alguns alegam que o mundo anda cruel demais para colocar mais pessoas nessa terra. Seria egoísmo trazer alguém para essa condição. Enfim, cada um com sua sentença.

Justiça!

*ESTE CONTEÚDO É DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR E NÃO REPRESENTA, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DO DIÁRIO DE UBERLÂNDIA.

ECONOMIA

Governo entrega projeto de isenção de IR para quem ganha até R$ 5 mil

AMPLIAÇÃO DA ISENÇÃO CUSTARÁ CERCA DE R$ 27 BILHÕES POR ANO AOS COFRES PÚBLICOS

■ AGÊNCIA BRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva entregou, nesta terça-feira (18), ao Congresso Nacional o projeto de lei da isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R$ 5 mil. O texto que será analisado pelo Congresso também cria desconto parcial para aqueles que recebem entre R$ 5 mil e R$ 7 mil, reduzindo o valor pago atualmente.

A ampliação da faixa de isenção custará cerca de R$ 27 bilhões por ano aos cofres públicos, como resultado da redução da arrecadação. Para compensar a perda, o projeto prevê a tributação mínima das altas rendas, ampliando a receita com a cobrança de imposto de rendimentos isentos, como dividendos de empresas (parte do lucro distribuída aos acionistas), acima de R$ 600 mil.

Em cerimônia no Palácio do Planalto, Lula destacou que o projeto é neutro, não vai aumentar a arrecadação do governo, e faz uma reparação tributária aos mais pobres que, proporcionalmente, pagam mais impostos devido às isenções sobre dividendos dos mais ricos.

"Nós estamos falando que 141 mil pessoas que ganham acima de R$ 600 mil, acima de R$ 1 milhão por ano, vão contribuir para que 10 milhões de pessoas não paguem Imposto de Renda. É simples assim, como se fosse dar um presente para uma criança", afirmou o presidente.

"Estamos pedindo aos brasileiros que ganham mais, pessoas que vivem de dividendos, que nunca pagaram Imposto de Renda, pessoas que ganham milhões e milhões e que muitas vezes encontram o jeito de não pagar Imposto de Renda, nós estamos dizendo para eles: 'Gente, vamos elevar o patamar de vida do povo brasileiro'", acrescentou Lula.

De acordo com o presidente, o Congresso passa, agora, a ser dono do projeto e deve fazer as melhorias que julgar necessárias. "Eu espero que, se for para mudar para melhor, ótimo, para piorar, jamais", destacou.

"Vamos dar uma chance para aqueles que não acreditam na política voltarem a acreditar. Porque a política, com esse gesto, dá um grande sinal para a sociedade brasileira de que vale mais a pena ser democrático do que ser negacionista. É isso que está em jogo neste país nesse instante, é a gente fazer com que a sociedade brasileira volte a acreditar nas pessoas que elegeram, seja para presidente da República, seja para senador, seja para deputado", afirmou.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que o texto terá prioridade na tramitação e que o Congresso, "com certeza", melhorará a proposta. "O Congresso tem que se esforçar diante daquilo que o governo está trazendo para que a melhor proposta possível possa ser lapidada, possa ser discutida. Vamos ter tempo para isso, para que o senhor possa, presidente Lula, receber de volta do Congresso Nacional uma proposta melhor do que a que o senhor está enviando", disse Motta.

Ele ressaltou que os parlamentares podem discutir um texto "mais abrangente" sobre isenções tributárias, que atenda, principalmente, as pessoas que mais precisam. "Mas que não percamos nunca a nossa responsabilidade de garantir que o Brasil possa seguir investindo. Queremos discutir a eficiência da máquina pública", afirmou o deputado. Segundo ele, só haverá justiça social com responsabilidade fiscal.

■ PROMESSA

A isenção do IR para quem ganha até R$ 5 mil é uma promessa de campanha de Lula . Hoje, o limite de renda mensal de quem não precisa pagar Imposto de Renda é R$ 2.259,20, de acordo com a Receita Federal.

A lei que instituiu a nova política de valorização do salário mínimo, de 2023 ainda autoriza um desconto sobre o imposto de 25% sobre o valor do limite de isenção, no caso, R$ 564,80, valor que somado a R$ 2.259,20 resulta, então, em R$ 2.824, o equivalente a pouco menos de dois salários mínimos.

Estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) informa que, atualmente, 10 milhões de pessoas estão dispensadas do recolhimento do imposto. Com a ampliação da faixa de isenção, mais 10 milhões de pessoas serão dispensadas da tributação.

De acordo com o governo, 90% dos brasileiros que pagam IR – mais de 90 milhões de pessoas – estarão na faixa da isenção total ou parcial. Já 65% dos declarantes do IR pessoa física - mais de 26 milhões de pessoas - serão totalmente isentos.

■ TRIBUTAÇÃO MÍNIMA

Segundo o governo, apenas 141,4 mil contribuintes (0,13% do total) passarão a contribuir pelo patamar mínimo, o que representa 0,06% da população total do país. São pessoas que recebem mais de R$ 600 mil por ano e que não contribuem com a alíquota efetiva de até 10% para o Imposto de Renda. Esses contribuintes pagam, atualmente, uma alíquota efetiva média de apenas 2,54% sobre a renda.

A nova regra não afeta salários, honorários, aluguéis ou outras rendas já tributadas na fonte. O governo esclareceu que a medida se aplica apenas a quem recebe rendimentos isentos. Portanto, mesmo que o rendimento total anual do contribuinte ultrapasse R$ 600 mil, ele só será impactado se parte significativa desse valor vier de rendimentos isentos.

A tributação mínima para altas rendas funcionará de forma progressiva e só começará a ser aplicada para rendimentos acima de R$ 600 mil por ano. Primeiro, serão somadas todas as rendas recebidas no ano, incluindo salário, aluguéis, dividendos e outros rendimentos. Se a soma for menor que R$ 600 mil, não há cobrança adicional. Se ultrapassar esse valor, será aplicada uma alíquota que cresce gradualmente até 10% para quem ganha R$ 1,2 milhão ou mais.

Ainda segundo o governo, mesmo com a alíquota mínima, a carga tributária sobre pessoas jurídicas e físicas no Brasil continuará abaixo da média internacional. Em relação aos dividendos, o projeto traz um mecanismo que impede que a tributação conjunta da pessoa jurídica e da pessoa física no Brasil seja superior a 34%. "Isso é abaixo da média de outros países, usualmente acima de 40%", explicou o governo.

PALAVRAS CRUZADAS

O jogo mais clássico!

Através das definições descubra a palavra que preenche os quadradinhos da cruzada.

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL

- Pronome pessoal variável de gênero
- Drogas (?): ecstasy, LSD e mescalina
- Reforma (?), objetivo central do MST
- Braço, em inglês
- Perenes
- Neil Gaiman, escritor de "Sandman"
- Publicações como a "Nature" e a "Cell"
- (?) público, tipo de biblioteca virtual
- "Allahu Akbar", no idioma árabe
- Governo (abrev.)
- (?) Rio, serviço climático carioca
- Canoa feita de tronco de árvore (pl.)
- Analgésico que pode causar úlcera
- A mãe do mato, no Folclore indígena
- Simples (fem.)
- Adversários
- Tapir
- Árvore de paisagismo (pl.)
- Mulher nômade
- (?) livre, modalidade de Cesar Cielo
- Esposa de Osíris (Mit.)
- Brisa
- Material do telhado de casas rústicas
- Olívio Dutra, político
- Apêndice da xícara
- "Agente", em "ator"
- (?) Costa, cantora de "Festa do Interior"
- (?) Maior, constelação
- Pouco movimentada
- Pé de (?): frieira (Patol.)
- O primo da Cuca, no "Sítio" (TV)
- Água (?), produto de usinas nucleares
- (?) da Madrugada, bloco de Carnaval
- Pasta do canapé
- (?)-bala, veículo
- Primeira mão na pintura de paredes
- Crustáceo cuja pesca é regulada no Brasil
- Heroína de "O Guarani" (Lit.)
- Capacidade adquirida com a experiência
- Peça do castiçal
- Letra símbolo do tamanho pequeno
- Corrida de barcos
- Espaço para o bujão de GNV no carro

BANCO 3/aas — arm. 4/ceci — isis — ursa. 6/igaras.

63

Solução

Vamos SORRIR E BRINCAR com a turma do Parque Patati Patatá
LIVRÃO
COM MUITO APRENDIZADO E MAIS DE 70 PASSATEMPOS DIVERTIDOS!
Já nas bancas e nas livrarias!
Pixel
/editorapixel
@editorapixel

HORÓSCOPO

www.meu-horoscopo-do-dia.com

ÁRIES
21 DE MARÇO | 19 DE ABRIL

Tudo se acelera ao seu redor, hoje. O que não lhe agradar, mantenha seu curso pessoal. Você deve refletir sobre sua forma de se alimentar. Há excessos a serem banidos absolutamente.

TOURO
20 DE ABRIL | 20 DE MAIO

Suas humores leves e sua sociabilidade o ajudam a ampliar suas relações. Mais qualidade, que mais pedir! Leve a sério os sinais precursores de desleixo.

GÊMEOS
21 DE MAIO | 20 DE JUNHO

Você precisa fazer uma pausa antes de tomar uma decisão que o comprometa. Mais longe do que você pensa. A puerilidade de algumas pessoas faz você perder tempo e energia.

CÂNCER
21 DE JUNHO | 22 DE JULHO

Há momentos saborosos para viver, hoje. A leveza entra na sua vida. A paz interior que o invade fará você ganhar confiança e vitalidade, de forma duradoura.

LEÃO
23 DE JULHO | 22 DE AGOSTO

Entre sonho e realidade, você perceberá um descompasso. Não se deixe levar pelo pessimismo, o problema que se apresenta hoje é apenas transitório.

VIRGEM
23 DE AGOSTO | 22 DE SETEMBRO

O dia promete ser intenso e repleto de emoções. Não se deixe levar por isso. Você desfruta de um trânsito energético, estará decidido a melhorar seu interior. Obras à vista.

LIBRA
23 DE SETEMBRO | 22 DE OUTUBRO

As decisões que você toma e as mudanças que você faz no amor, no trabalho ou em casa estão se concretizando. Você faz um encontro, familiar ou sentimental, que pode ser desagradável.

ESCORPIÃO
23 DE OUTUBRO | 21 DE NOVEMBRO

A atmosfera é dinâmica e você avança em fluxo contínuo. Suas trocas lhe trazem serenidade. Não se esforce tanto pelos outros a esse ponto. Você deve preservar sua intimidade.

SAGITÁRIO
22 DE NOVEMBRO | 21 DE DEZEMBRO

É um dia chave para suas relações próximas. Apenas assuma que o que acontece é a consequência de erros cometidos no passado. Você só precisa aprender a lição.

CAPRICÓRNIO
22 DE DEZEMBRO | 19 DE JANEIRO

Você terá a sensação de que tudo está acelerando, suas trocas permitirão manter o ritmo. Você está em profundo acordo consigo mesmo, praticar esportes seria bem-vindo.

AQUÁRIO
20 DE JANEIRO | 18 DE FEVEREIRO

Não tente impor sua visão das coisas, mantenha-se flexível e aberto às considerações dos outros! Uma alternância entre o excesso e a falta de ação o esgota em vão, harmonize.

PEIXES
19 DE FEVEREIRO | 20 DE MARÇO

É um dia bastante tranquilo, sem acontecimentos importantes, mas você pode talvez receber boas notícias. É também um dia ideal para se isolar um pouco e passar tempo a dois.

//CLASSIFICADOS

IMÓVEIS

ALUGUEL

CASAS

LÍDICE - alugo casa na rua Santos Dumont, 950 – próximo à Praça da Bicota (Igreja do Rosário). Interessados entrar em contato pelo telefone: (34) 9 9971-0041

CUSTÓDIO PEREIRA - Aluga-se suítes com banheiro, cama, guarda-roupa, bancada com cadeira, cozinha e lavanderia completa. Estacionamento para moto e carro. Suítes individuais e duplo. Pacote mensal e diária. Boa localização. Contato (34) 98421-6841 - (34) 99212-0715

APARTAMENTOS

CENTRO - alugo apartamento: Rua Santos Dumont, Centro - com 3 quartos, sendo 1 com suíte e armário embutido. Area total 100m², 2 vagas na garagem, incluso condomínio e energia. Sem elevador, 3º piso. Valor R$2.200,00 - Tratar com Ervanio, (34) 9 9769-0277

SANTA MÔNICA - alugo apartamento no bairro Sta. Mônica, 3/4, sendo 2 suítes, com armários, 1 vaga garagem, sala e cozinha amplas. Total 94m2. Segundo andar. Com proprietário (34) 99204.9293

VENDA

APARTAMENTOS

SANTA MÔNICA - vendo apartamento no bairro Santa Mônica, 93 metros, três quartos e 1 suíte. R$295.000,00 Contato: (34) 9 9238-9706

BRASIL - apartamento dos sonhos à venda no Bairro Brasil! 127,13m², 3 suítes, banheiro social, 2 vagas, repleto de armários embutidos. Oportunidade única por R$620 mil. Contato: 62 9 9622-9191.

IMÓVEIS

BRASIL – imóvel comercial no bairro Brasil à venda. Localizado na Av. Amazonas, com sete salas - 3 com banheiro individual. As quatro salas mobiliadas. Cozinha montada (geladeira bebedouro fogão), banheiro feminino, banheiro masculino e também para deficiente. Recepção mobiliada. Área construída 157m², área terreno 250m². Valor: R$650 mil (aceito propostas). Márcio (34) 9 9900-9385

PLANALTO - vendo belíssima casa no Bairro Planalto. Próximo a UAI Planalto, AACD, Getúlio Vargas e colégio ATHENAS. Casa com 3/4, planejada e bem localizada. Contato: (34) 9 9990-1898

APARECIDA - ponto comercial para escritório: 02 salas e banheiro. (34) 9 9992-0155.

UBERLÂNDIA - chácara à venda Uberlândia: 20.000m²! Perfeita para descanso ou cultivo. Localização privilegiada, rodeada pela natureza. Parcelamento facilitado direto com o proprietário! Contate-nos e agende uma visita! (34) 99693-7232

CENTRO - alugo sala no Centro de Uberlândia, Machado de Assis, 993. R$900,00. Tratar: Vera (34) 9 9148-5893

LUIZOTE DE FREITAS – sobrado de esquina com dois apartamentos, duas casas e um ponto de comércio – venda ou troca. Rua Maximiliano Carneiro, Luizote de Freitas, Uberlândia – MG. Contato: (34) 9 9996-2296

UBERLÂNDIA - Vende-se área de 20 mil metros na Represa de Miranda próximo à Tapuirama. Contato: (34) 9996-2296

IMÓVEL À VENDA - vendo imóvel desocupado, poucos metros do Center Shopping, uma casa transformada em escritório, com entrada para carros, terreno com 327m² e a.c aproximadamente 150m valor R$630.000,00. Adalberto Medeiros Rodrigues CRECI 10499, WhatsApp: 34 9 9991-8474

SÍTIO À VENDA – sítio com 1.83 alqueire, casa construída, muita água, pastagem formada, ótimo lugar para morar, casa com varanda dos fundos 36 metros e varanda da frente 20 metros. Telha colonial, piso grosso, casa de dois andares fechada de vidro no andar de cima. Área interna 36 metros, piso queimado. Janelas em esquadrias de alumínio. WC cerâmica. Segundo piso 63 metros, madeira rustica com blindex, janelas em vidro temperado incolor de 8mm e tijolinho a mostra (mirante). R$ 1.150.000,00 – (34) 9 9670-9629

TERRENO À VENDA - vende-se terreno bairro Martins, área nobre. Rua José Thomas de Rezende, 100. Terreno avaliado por metro quadrado. (34) 9 9103-5500

CASAS PARA ALUGAR - aluga-se duas casas no mesmo terreno: uma com 3 quartos sendo uma suíte, sala, copa, cozinha, área de serviço e banheiro social. A outra com 2 quartos, 1 banheiro, sala, copa e cozinha. Aluga-se para uma mesma pessoa. Valor. R$ 3.800,00 Contato: (34) 9 9976 4808

OPORTUNIDADES

MÚSICO/ARRANJADOR - contrata-se profissional musical/arranjador para colocar melodia em algumas composições musicais. Entrar em contato com Lucimar pelo telefone: (34) 9 9652-9106.

LOGÍSTICA - contratação imediata, segmento logística. Procurar diretamente Edmar logística - Avenida Belo Horizonte, 575 - Martins. Loja de tintas com 37 anos de tradição em Uberlândia. Contato: (34) 3236-4343

ENGENHEIRO MECÂNICO - vaga para engenheiro mecânico para construção civil. Interessados entrar em contato: comercial@ascese-rh.com.br ou pelo WhatsApp: (21) 9 9821-1124

SUPERVISOR DE ELÉTRICA - vaga para supervisor de elétrica. Interessados entrar em contato: comercial@ascese-rh.com.br ou pelo WhatsApp: (21) 9 9821-1124

SOLDADOR - vaga para soldador. Interessados entrar em contato: comercial@ascese-rh.com.br ou pelo WhatsApp: (21) 9 9821-1124

AUXILIAR DE SOLDADOR - vaga para auxiliar de soldador, não precisa experiência, tem que ter o curso. Interessados entrar em contato: comercial@ascese-rh.com.br ou pelo WhatsApp: (21) 9 9821-1124

APONTADOR DE OBRAS - vaga para apontador de obras. Interessados entrar em contato: comercial@ascese-rh.com.br ou pelo WhatsApp: (21) 9 9821-1124

CARTA DE CRÉDITO - crédito contemplado R$242.000,00. Para casa, apartamento ou construção. Ágio R$78.000 + prestações de R$1.626.00. Aceito carro. Contato: (34) 9 9791-5773

CARTA DE CRÉDITO - crédito contemplado R$55.000,00 para carro ou moto. Ágio R$16.000,00 + prestações de R$704,00. Aceito moto. Contato: (34) 9 9791-5773

RANCHO EM RIFAINA
VENDE-SE, ALUGA-SE, OU ARRENDA-SE

Rancho em Rifaina, com aproximadamente 7.000 metros de terreno com 75 metros de praia privativa, com uma área construída de mais de 1.100 metros, toda arborizada com uma bela jardinagem, contendo 2 piscinas, 5 suítes e mais 2 quartos com os seus respectivos banheiros todos com ar condicionado, salão de festa com vista deslumbrante, 2 quiosques com churrasqueira a carvão e 2 cervejeiras. Rancho conta com Energia Fotovoltaica. Asfalto até na porta, distancia da Rifaina 1 Km. Venha conhecer e se surpreender.

FALAR COM DANILO
(16) 99999 – 4344.

VESTIBULAR
ONLINE
UNIPAC



PROVAS ONLINE,
AGENDE A SUA E
INSCREVA-SE JÁ
UNIPAC
UBERLANDIA
.COM.BR
34 9 9885-2100
34 3291-2100
Av. Cipriano Del Fávero 1015
UNIPAC
ENSINO SUPERIOR COM QUALIDADE SUPERIOR